



# HINGÁ14!

HINGÁ14!

Hingá14! é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região - CRP14/MS, com recursos provenientes da Conta Revista (Divulgação) do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Versão online disponível no site:  
[www.crpms.org.br](http://www.crpms.org.br)

Distribuição gratuita às (aos) psicólogas (os)  
inscritas (os) no CRP14/MS

Edição nº 3 - 2025

## EXPEDIENTE

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO  
Renan Cruz

### COMISSÃO EDITORIAL

#### X Plenário (2022-2025)

Camilla Fernandes Marques (CRP14/05662-7)  
Gabriela Pereira da Silva (CRP14/08722-7)  
Renan da Cunha S. Junior (CRP14/02715-9)  
Vanessa Silva de Souza (CRP14/07450-9)  
Walkes Jacques Vargas (CRP14/05574-6)

#### XI Plenário (2025-2028)

Camilla Fernandes Marques (CRP14/05662-7)  
Clariane S. Bispo Wounsosky (CRP14/06222-7)  
Gabriela Pereira da Silva (CRP14/08722-7)  
Marelija Zanforlin Magdalena (CRP14/04602-6)  
Valquíria Rédua da Silva (CRP14/04485-0)  
Vanilce Farias Gomes (CRP14/08623-6)

REVISÃO  
Nichole Munaro

DIAGRAMAÇÃO E CAPA  
Renan Cruz

IMAGENS  
Arquivo do CRP14/MS  
FREEPIK

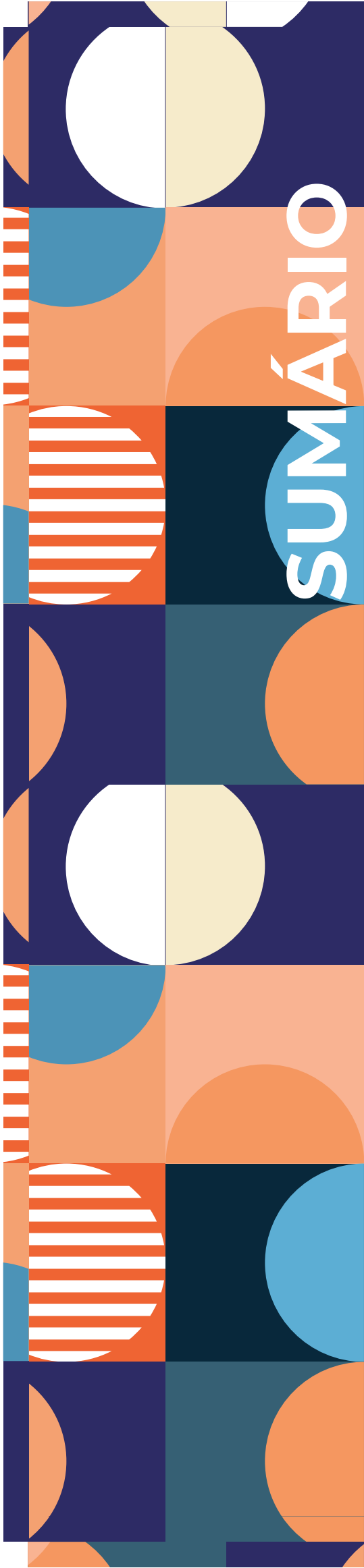
IMPRESSÃO  
Trilha do Saber Editorial LTDA



O nome Hingá tem origem na língua indígena terena e significa “vamos!”.

A língua terena é falada no Brasil por cerca de 15 mil indivíduos. É considerada uma língua aruaque, pertencente ao subgrupo maipureano. Muitos de seus falantes têm pouca proficiência no idioma português; 20% são alfabetizados em seu próprio idioma, e 80% no português. É falada principalmente no Estado de Mato Grosso do Sul, especialmente nos municípios de Aquidauana, Miranda, Nioaque, Sidrolândia, Anastácio e Dois Irmãos do Buriti; também se encontram falantes do terena em Porto Murtinho, na terra indígena dos cadiuéus, em Dourados, na terra indígena guarani-kaiowá, e em São Paulo, no Posto Araribá, perto de Avaí e Bauru. A língua terena tem um dicionário e gramática escritos.





# SUMÁRIO

- 4    PLENÁRIO
- 5    EDITORIAL
- 6    CRP EM NÚMEROS
- 7    NOVA SEDE DO CRP14/MS
- 8    12º COREPSI DE MATO GROSSO DO SUL
- 9    CRP14/MS PARTICIPA DO 12º CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA
- 11   I MOSTRA REGIONAL DE PRÁTICAS PROFISSIONAIS REFORÇA O CUIDADO EM LIBERDADE
- 12   CREPOP ITINERANTE: TROCA DE SABERES E EXPERIÊNCIAS TERRITORIALIZADAS
- 14   PSICOLOGIA E ÉTICA: CONTRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE ÉTICA PARA O X PLENÁRIO DO CRP14/MS
- 15   ORIENTAÇÕES PARA OS REGISTROS DOCUMENTAIS, PRONTUÁRIOS E ENTREGA DE DOCUMENTOS PSICOLÓGICOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
- 16   A OFERTA DE SERVIÇOS PSICOLÓGICOS MEDIADA PELAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: DESAFIOS E POTENCIALIDADES
- 18   DIVERSIDADE ÉTNICA-CULTURAL EM MATO GROSSO DO SUL: UM OLHAR DA COMISSÃO DE PSICOLOGIA E POVOS INDÍGENAS
- 20   PSICOLOGIA E MARCADORES SOCIAIS (COM INTERFACE PSICOLOGIA E TERRITÓRIOS E GARANTIA DE DIREITOS E EQUIDADE)
- 21   PSICOLOGIA CLÍNICA NO BRASIL: POTÊNCIA EM MOVIMENTO, ESCUTA COMPROMETIDA E CUIDADO ÉTICO
- 22   ORFANDADE E USO EXCESSIVO DE TELAS: VIOLAÇÕES DE DIREITOS E O COMPROMISSO DA PSICOLOGIA COM A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
- 24   MIGRAÇÃO EM CONTEXTO: MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS — PARADOXO PARA A PSICOLOGIA
- 25   COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DO CRP14/MS E DEBATES ESTRATÉGICOS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.935
- 26   PSICOLOGIA E EQUIDADE: A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE SAÚDE MENTAL NA PROMOÇÃO DE DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL
- 28   JORNADAS DE PSICOLOGIA CLÍNICA FORTALECEM O DIÁLOGO E A QUALIFICAÇÃO DA CATEGORIA EM MS
- 30   I E II FÓRUM DE PSICOLOGIA HOSPITALAR DE MATO GROSSO DO SUL
- 32   LUTA ANTIMANICOMIAL EM MATO GROSSO DO SUL: RESISTÊNCIA, ARTE E MOBILIZAÇÃO PELO CUIDADO EM LIBERDADE
- 34   É PRECISO ESTAR ATENTO E FORTE, NÃO TEMOS TEMPO DE TEMER A MORTE

## X PLENÁRIO

2022 - 2025

**“Psicologias, territórios e identidades: diálogos democráticos, garantias de direitos e equidade”**

### Diretoria

Walkes Jacques Vargas (CRP14/05574-6)  
Presidente

Bárbara Marques Rodrigues (CRP14/06285-4)  
Vice-Presidenta

João Fernando dos S. Vilela (CRP14/08098-1)  
Secretário

Paulo Godofredo B. Carvalho (CRP14/00222-4)  
Tesoureiro

### Conselheiras/os Efetivas/os

Bárbara Marques Rodrigues (CRP14/06285-4)  
Camila Fernandes Marques (CRP14/05662-7)  
Elizete de Souza Moraes (CRP14/07607-2)  
Jucimara Zacarias Martins (CRP14/04714-7)  
João Fernando dos Santos Vilela (CRP14/08098-1)  
Paulo Godofredo B. de Carvalho (CRP14/00222-4)  
Renan da Cunha Soares Júnior (CRP14/02715-9)  
Vanessa Silva de Souza (CRP14/07450-9)  
Walkes Jaques Vargas (CRP14/05574-6)

### Conselheiras/os Suplentes

Flávia Pedrosa de Camargo (CRP14/04566-0)  
Jacqueline de Campos Rojas (CRP14/05822-6)  
Leandro Batista de Castro (CRP14/03549-0)  
Paola Nogueira Lopes (CRP14/06334-5)  
Vanete Almeida Vaz (CRP14/01417-7)

## XI PLENÁRIO

2025 - 2028

**“Psicologia com compromisso ético-político no cuidar da profissão”**

### Diretoria

Camilla Fernandes Marques (CRP14/05662-7)  
Presidenta

Bárbara Marques Rodrigues (CRP14/06285-4)  
Vice-Presidenta

João Fernando dos Santos Vilela (CRP14/08098-1)  
Secretário

Norma Celiane Cosmo (CRP14/00842-1)  
Tesoureira

### Conselheiras/o Efetivas/os

Bárbara Marques Rodrigues (CRP14/06285-4)  
Camilla Fernandes Marques (CRP14/05662-7)  
Jassonia Lima Vasconcelos Paccini (CRP14/04110)  
João Fernando dos Santos Vilela (CRP14/08098-1)  
Jucimara Zacarias Martins (CRP14/04714-7)  
Norma Celiane Cosmo (CRP14/00842-1)  
Paola Nogueira Lopes (CRP14/06334-5)  
Tathiane A. R. Cortez (CRP14/06411-8)  
Valquíria Rédua da Silva (CRP14/04485-0)

### Conselheiras/os Suplentes

Clariane Siqueira B. Wounnsoscky (CRP14/06222-7)  
Flávia Pedrosa de Camargo (CRP14/04566-0)  
Jackson da Silva Rocha (CRP14/09344-X)  
Marelija Zanforlin Magdalena (CRP14/04602-6)  
Pablo Cardoso de Souza (CRP14/05355-5)  
Tálisson Pereira Martins (CRP14/08768-1)  
Vanilce Farias Gomes (CRP14/08623-6)  
Wagner Vilas Boas de Moraes (CRP14/07657-2)  
William Isaias Carvalho Souza (CRP14/04624-9)

## EDITORIAL

O Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região – Mato Grosso do Sul (CRP14/MS) tem a satisfação de apresentar, à categoria e à sociedade, a terceira edição da revista Hingá14. O trabalho aqui desenvolvido buscou evidenciar as ações das comissões obrigatórias e temáticas deste Regional articuladas às diretrizes do 11º Congresso Nacional da Psicologia (CNP) e do 11º Congresso Regional da Psicologia (COREP), bem como destacar as propostas de trabalhos da Gestão 2022-2025 no “X Plenário Psicologia, territórios e identidades: diálogos democráticos, garantias de direitos e equidade”.

Deste modo, a leitura que lhe convidamos a fazer é mais do que saber o que realizamos nestes últimos anos (2024 e 2025). É acompanhar conosco a Psicologia que vem sendo construída na relação com a categoria e a comunidade sul-mato-grossense no que concerne ao cuidado com a profissão e à ciência por meio do olhar transversal da “Psicologia na Garantia dos Direitos e Equidade: Diálogos Democráticos”. Desde o nosso planejamento estratégico, isto é, do momento em que a gestão buscou construir um mapeamento e planejamento visando aos eixos e às atividades de trabalho para os três anos, provocamo-nos a um trabalho que dialogasse com o território, com a diversidade e com os seus marcadores sociais da diferença, a fim de propor e reconhecer ações que trouxessem a Psicologia para um lugar de evidência, a do “diálogo com a democracia”.

Buscamos dialogar com o território em seu sentido geográfico, operando com a interiorização, mas também com os modos de existências e fazeres da nossa Psicologia local, quando pautamos diálogos intersetoriais, interseccionais e com as tecnologias em nossas ações.

Esta edição destaca que a autarquia, diante da sua responsabilidade de orientar, fiscalizar e disciplinar, tem construído ações de orientação e debates por meio das comissões, buscando ampliar o diálogo com a categoria perante a contemporaneidade e a transformação social com a qual a Psicologia se insere enquanto atuação profissional. Assim, gostaríamos de sinalizar que sua leitura não precisa seguir uma ordem cronológica; permita-se o atravessamento e a condução sem direcionamento em cada uma das distintas escritas aqui produzidas, que se fazem presentes a partir de temas como: migrantes, refugiados e apátridas, diversidade étnica e cultural, registros documentais, prontuários e entrega de documentos, articulações com indígenas estudantes de Psicologia, orfandade e uso excessivo de telas, atuação na psicologia organizacional e do trabalho, a potência da clínica enquanto cuidado ético, saúde mental e inclusão social, interseccionalidade, interiorização, fiscalização e zelo pelo cumprimento dos princípios éticos no exercício profissional da Psicologia.

Hingá14! Vamos construir uma psicologia plural, democrática e com responsabilidade social!

**Camilla Fernandes Marques**  
Conselheira Presidente do CRP14/MS  
(CRP14/05662-7)

## CRP14 EM NÚMEROS

### JULHO/2024 - JUNHO/2025



**3.149 ORIENTAÇÕES**



**926 FISCALIZAÇÕES**



**608 EMISSÕES DE CIP**



**85 EVENTOS**



**+ DE 200 INSCRIÇÕES NO  
CREPOP ITINERANTE**



**24 PORTARIAS E  
RESOLUÇÕES**



**27 DENÚNCIAS  
RECEBIDAS**



**6 PROCESSOS  
JULGADOS/CONCILIADOS**



**6 AUDIÊNCIAS  
PÚBLICAS**



**20 TRANSMISSÕES**



**165 MATÉRIAS**



**7.503 PSICÓLOGAS  
(PESSOA FÍSICA)**



**709 PESSOAS  
JURÍDICAS**



APARECIDA DO TABOADO • BONITO  
CHAPADÃO DO SUL • CORUMBÁ  
DOURADOS • IVINHEMA • JARDIM  
LADÁRIO • NOVA ANDRADINA • PARANAÍBA  
RIO VERDE DO MATO GROSSO  
SÃO GABRIEL DO OESTE • TRÊS LAGOAS

**13 MUNICÍPIOS FISCALIZADOS**



## Nova sede do CRP14/MS

Coordenação de Comunicação CRP14/MS



O Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região – Mato Grosso do Sul (CRP14/MS) está construindo um novo espaço para fortalecer ainda mais o trabalho da categoria e ampliar o diálogo com a sociedade. As obras da nova sede, iniciadas em novembro de 2024, seguem em ritmo constante.

O projeto foi cuidadosamente elaborado e vem sendo acompanhado de perto pela Diretoria e por um Grupo de Trabalho (GT) criado especialmente para garantir transparência e qualidade em cada etapa da execução. O novo prédio foi pensado para oferecer mais conforto, acessibilidade e estrutura adequada tanto às profissionais quanto às funcionárias do Conselho.

Além de simbolizar o crescimento institucional, a nova sede reflete o compromisso do CRP14/MS com a modernização e com a criação de um ambiente que favoreça a formação, o acolhimento e a atuação ética da Psicologia.

Situada na Rua Hiltrudes Fantini Pereira (antiga Rua Itaquiraí), em frente ao Comper Itanhangá, em Campo Grande, a nova sede contará com espaços amplos,

acessíveis e multifuncionais, voltados ao atendimento ao público, às reuniões e às atividades da categoria, além de um teatro de arena, que servirá para eventos do CRP14/MS.

A nova sede tem conclusão prevista para o início de 2026. Em breve, abriremos as portas de um espaço construído com muito cuidado e compromisso, prontos para receber profissionais, estudantes e todas as pessoas e entidades que caminham conosco na defesa da Psicologia.





## 12º COREPSI de Mato Grosso do Sul

Coordenação de Comunicação CRP14/MS



Nos dias 21, 22 e 23 de março de 2025, o Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul (CRP14/MS) realizou, em Campo Grande, o 12º Congresso Regional da Psicologia Unificado (COREPSI) — evento fundamental para a definição das diretrizes que orientarão as ações do Conselho durante o triênio 2025-2028.

O congresso reuniu delegadas e delegados eleitos na fase preparatória, composta por oito eventos Pré-COREPSIs, realizados em diferentes regiões do estado e também em formato on-line. Durante esses encontros, foram debatidas propostas que refletem as necessidades e demandas da categoria em Mato Grosso do Sul. As deliberações resultantes orientarão as ações do Conselho no próximo ciclo de gestão, assegurando que as decisões reflitam os interesses coletivos da profissão no estado.

A psicóloga Irma Macário (CRP14/00209-3), presidenta do CRP14/MS no triênio 2016-2019, destacou o amadurecimento das discussões: **“Acredito que estamos mais amadurecidos quando se trata das propostas. No grupo em que trabalhei, o Grupo 1, que aborda as questões do próprio Conselho, houve um grande amadurecimento, inclusive na forma de discutir e aprovar as propostas. Percebo que a categoria tem hoje um conhecimento muito melhor sobre o que é o Conselho, qual é a sua função e quais atividades ele pode ou não realizar. Sem dúvida, conseguimos evoluir nesse sentido.”**

Walkes Jacques Vargas (CRP14/05574-6), presidente do CRP14/MS no triênio de 2022-2025, ressaltou a importância do Congresso para a democracia na Psicologia: **“A participação da categoria no COREPSI é fundamental para fortalecer a Psicologia de forma democrática e alinhada**

**com os reais interesses e as necessidades de profissionais do nosso estado. Este é um momento em que as propostas da nossa profissão são debatidas coletivamente, e cada contribuição é essencial para que as decisões reflitam a diversidade e as diferentes realidades da nossa categoria.”**

Uma das novidades do 12º COREPSI foi a abertura unificada, realizada simultaneamente pelos Conselhos de Psicologia de todo o país e transmitida pelo YouTube do Conselho Federal de Psicologia (CFP). O evento contou, ainda, com a presença dos representantes do CFP Ana Vitória de Ávila Rigo (CRP01/27532) e Bruno Washington de Souza, que estiveram em Mato Grosso do Sul para apoiar a equipe local.

Durante o evento, Ana parabenizou o CRP14/MS: “Gostaria de parabenizar a todas, todos e todes pelo belíssimo trabalho que temos o prazer de acompanhar. É evidente o profissionalismo, a dedicação e o cuidado em cada detalhe, com um olhar atento à representatividade e uma constante busca por melhorias, sempre considerando e valorizando as características locais.”

Além das deliberações regionais, o 12º COREPSI também discutiu propostas de âmbito nacional, com o objetivo de alinhar as demandas do estado às prioridades da Psicologia no Brasil.

## CRP14/MS participa do 12º Congresso Nacional da Psicologia

Coordenação de Comunicação CRP14/MS



O 12º Congresso Nacional da Psicologia (CNP) foi realizado entre os dias 3 e 6 de julho, em Brasília (DF), reunindo mais de 400 profissionais e estudantes de todo o país para quatro dias de intensos debates, construções coletivas e votações que irão orientar os rumos da Psicologia brasileira no próximo triênio.

Realizado desde 1994, o CNP é o principal espaço democrático e participativo da categoria. É nele que são definidas as diretrizes que nortearão as ações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) nos três anos seguintes.

A edição de 2025 teve como tema “Psicologia e democracia: a pluriversalidade do nosso fazer. Por uma Psicologia pluriversa e inclusiva”, destacando o compromisso da profissão com os direitos humanos, a diversidade e a defesa incondicional da democracia.

As propostas debatidas na etapa nacional foram construídas coletivamente ao longo de um amplo processo participativo, que envolveu Pré-Congressos e Congressos Regionais de Psicologia (COREPSIs) realizados em todos os estados brasileiros.

Em Mato Grosso do Sul, o CRP14/MS promoveu uma ampla mobilização da categoria em todo o estado. Além da capital, Campo Grande, os Pré-Congressos foram realizados nas macrorregiões de Corumbá, Coxim, Dourados, Paranaíba e Três Lagoas, fortalecendo a presença do Conselho no interior e ampliando a escuta da categoria em todo o território sul-mato-grossense.

Como resultado dessa mobilização, 18 delegadas e delegados representaram Mato Grosso do Sul na etapa nacional do CNP — 16 profissionais e 2 estudantes. Essas representantes levaram as propostas regionais ao debate em Brasília, contribuindo ativamente para a definição das políticas que orientarão a atuação da Psicologia brasileira nos próximos anos.

### Delegação do CRP14/MS no 12º CNP

#### Profissionais:

**Barbara Hellen Felipe Lube** (CRP14/09614)  
**Bárbara Marques Rodrigues** (CRP14/06285-4)  
**Camilla Fernandes Marques** (CRP14/056627)  
**Dienner Josieli Jorge Bueno Baltar** (CRP14/07409-0)  
**Flávio Arce Silva** (CRP14/07283-6)  
**Irma Macário** (CRP14/00209-3)  
**Jackson da Silva Rocha** (CRP14/09344)  
**Jaqueline de Andrade Torres** (CRP14/06193-6)  
**João Fernando dos Santos Vilela** (CRP14/08098-1)  
**Jucimara Zacarias Martins** (CRP14/04714-7)  
**Keila de Oliveira Antonio** (CRP14/03682-0)  
**Maria Cristina Costa Rodrigues** (CRP14/01880-6)  
**Maria Yzabella S. Trombim Franco** (CRP14/10209)  
**Pablo Cardoso de Souza** (CRP14/05355-5)  
**Rebeca de Lima Pompilio** (CRP14/08434-5)  
**Vanessa Silva de Souza** (CRP14/07450-9)

#### Estudantes:

**Geovana do Nascimento Silva** (UFMS – Campo Grande)  
**Igor Douglas Miranda Andrade** (UEMS – Coxim)



A estudante Geovana do Nascimento Silva (UFMS – Campo Grande) relatou a experiência de participar do Congresso como discente: **“Enquanto estudante, participar das discussões e acompanhar a categoria votando em propostas que serão diretrizes para a próxima gestão do Sistema Conselhos me possibilitou compreender ainda mais os processos políticos e democráticos no fazer da Psicologia. Percebi que a participação estudantil nesses espaços, além de formativa, é indispensável. Seremos a futura categoria profissional; portanto, precisamos participar das discussões e reafirmar nosso compromisso ético-político com a profissão, em defesa e garantia dos Direitos Humanos. Sinto-me grata por ter trocado experiências com profissionais e estudantes da graduação de todo o país, com realidades locais diversas, discutindo temáticas indispensáveis para a Psicologia, como as pautas antirracista, anti-homofóbica, anticapacitista, antietarista e antimachista.”**

O psicólogo Flávio Arce Silva (CRP14/07283-6), que atua no CAPS AD de Três Lagoas, também destacou a importância da vivência: **“Participar do CNP foi uma experiência muito importante. É um espaço democrático que reúne a diversidade de pensamentos e atuações da Psicologia, permitindo construir coletivamente diretrizes éticas, técnicas e políticas mais condizentes com a realidade brasileira. Apesar das contradições, como em todo espaço social, é justamente nelas que surgem possibilidades de intervenções mais adequadas às necessidades do país. Recomendo que outros profissionais participem desses processos. Eles ajudam a entender como a Psicologia se organiza, promovem articulações entre diferentes territórios e fortalecem uma prática profissional mais plural e comprometida.”**

A presidenta do CRP14/MS, Camilla Fernandes Marques (CRP14/056627), ressaltou o papel da delegação sul-mato-grossense: **“Ter participado do 12º CNP, sendo parte da gestão do X Plenário do CRP14/MS, traz uma responsabilidade não somente com a Psicologia que buscamos construir junto à categoria, mas também com o nosso território. Enquanto conselheira, meu compromisso é garantir que as propostas pensadas a partir das demandas regionais tenham visibilidade nacional na construção de uma Psicologia democrática e pluriversa para o próximo triênio. Estive acompanhada pelo conselheiro João Fernando dos Santos Vilela (CRP14/08098-1) e pelas conselheiras Jucimara Zacarias Martins (CRP14/04714-7) e Vanessa Terena [Vanessa Silva de Souza (CRP14/07450-9)], nessa jornada de construção da nossa Psicologia.”**

Ao longo dos quatro dias de evento, 235 propostas foram apresentadas ao 12º CNP, das quais 187 foram aprovadas pelo plenário de delegadas e delegados, em diálogo com os três eixos temáticos do Congresso.

As propostas aprovadas comporão o Caderno de Deliberações do 12º CNP, que servirá como base para a atuação institucional do CFP e dos CRPs no período de 2025 a 2028.

O CRP14/MS agradece a todas as pessoas que participaram das diversas etapas do processo e parabeniza o Conselho Federal de Psicologia (CFP) pela realização de mais uma edição do CNP — um espaço essencial para o fortalecimento da Psicologia, do diálogo e da democracia.



FOTO: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA



# I Mostra Regional de Práticas Profissionais reforça o cuidado em liberdade

Coordenação de Comunicação CRP14/MS



No dia 17 de maio de 2025, o Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região – Mato Grosso do Sul (CRP14/MS), por meio do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), realizou a etapa regional da I Mostra Nacional de Práticas Profissionais na RAPS, no auditório da Unigran Capital. O evento marcou a abertura da III Semana da Luta Antimanicomial de Mato Grosso do Sul, tendo como tema o “cuidado em liberdade”, em reafirmação ao compromisso da Psicologia com a Reforma Psiquiátrica e a defesa dos direitos humanos.

A programação promoveu reflexão, troca de experiências e visibilidade para práticas que asseguram cuidado integral e humanizado às pessoas em sofrimento psíquico, usuárias da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) ou com demandas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas. A abertura contou com a apresentação do coral Canto Livre, formado por usuárias e usuários do CAPS Vila Almeida, simbolizando a força da arte e do protagonismo.

Pela manhã, a palestra “RAPS: uma articulação intersetorial necessária”, ministrada pela psicóloga Luiza Maria de Souza Nabarrete (CRP14/05366-4), destacou os desafios e a importância da integração entre saúde mental e assistência social. Em seguida, foram apresentados relatos de experiências mediados por Rebeca de Lima Pompilio (CRP14/08434-5). À tarde, as mesas de debate abordaram as trajetórias históricas da Psicologia e as descolonizações no atendimento psicossocial, com a participação de pesquisadoras e profissionais do estado.

Cerca de 240 pessoas participaram da Mostra, entre profissionais da Psicologia, estudantes e usuárias/os dos serviços de saúde mental, com parte do público acompanhando o evento por streaming. No total, nove

relatos de experiência foram recebidos — sete concorrentes e dois institucionais —, avaliados por uma comissão do CRP18/MT, com base em critérios como impacto territorial, originalidade, articulação em rede e interseccionalidade. O trabalho “Saúde e equidade: estratégias de assistência à saúde para populações vulneráveis em Ribas do Rio Pardo” foi selecionado para representar MS na etapa nacional da Mostra.

Também houve a modalidade “Manifestação Artística”, criada para reconhecer a potência criativa das/os usuárias/os da RAPS. As obras inscritas expressaram, por meio de diferentes linguagens, a temática da Mostra. Entre elas, estiveram pinturas, fotografias, apresentações musicais, dança, teatro, cinema, escultura e artesanato — resultantes de atividades protagonizadas por pessoas vinculadas à política de saúde mental em todo o país.

A cerimônia nacional de premiação das práticas e manifestações artísticas aconteceu no dia 4 de setembro, durante o 23º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em Manaus (AM). As vencedoras receberam prêmios em dinheiro nos valores de R\$ 2 mil, R\$ 1 mil e R\$ 500. O primeiro lugar ficou com a pintura “Dois Amantes”, da artista Yasmin Oliveira, de Três Lagoas (MS), que conquistou 42,6% dos votos do público — um reconhecimento que levou o nome de Mato Grosso do Sul ao destaque nacional.

A I Mostra Regional de Práticas Profissionais reafirma que a Psicologia, enquanto campo científico, ético e político, permanece na linha de frente da luta pela liberdade, pela dignidade e pelo cuidado em comunidade. Em diálogo entre saberes, práticas e afetos, a Psicologia se mostra como uma verdadeira ferramenta de transformação social e coletiva.

## CREPOP Itinerante: troca de saberes e experiências territorializadas

Ana Clara Rotilli Vieira, Bárbara Marques Rodrigues (CRP14/06285-4),  
Camilla Fernandes Marques (CRP14/05662-7), Ester Naiá Ferreira Melo (CRP14/10365),  
Giovana Barbieri Galeano (CRP14/09016-3) e Rebeca de Lima Pompilio (CRP14/08434-5)

CREPOP



Nos mais de 60 anos da regulamentação da Psicologia, por meio da Lei 4.119/62, temos há quase 20 anos o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) com seu importante papel técnico, ético e político perante profissionais da Psicologia. A emergência desses papéis enquanto CREPOP se fez das necessidades da sociedade, um movimento que buscou possibilitar garantias de direitos a partir da qualificação profissional, assim como demarcar as contribuições da Psicologia para o campo das políticas públicas, promovendo a circulação e discussões de conhecimentos voltadas para a transformação social.

A partir da compreensão desses papéis e da necessidade de descentralizar e interiorizar os saberes, surge o CREPOP Itinerante, em meados de 2023. O projeto prevê um conjunto de ações realizadas pelo CREPOP do X Plenário do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região – Mato Grosso do Sul (CRP14/MS) e tem sido pensado enquanto um recurso de gestão, promovendo a interlocução da Psicologia com espaços de formulação, gestão e execução de políticas públicas, por meio dos diversos setores nos quais profissionais que participam dessas ações estão inseridos.

No total, já participaram do CREPOP Itinerante mais de 450 pessoas, sendo essas, em sua maioria, profissionais e estudantes da Psicologia e do Serviço Social. Entretanto, o público costuma ser diverso e abranger as áreas da Assistência Social, Saúde, Educação, Direito e cargos de gestão.

*A profissional Ana Luiza L. Klein (CRP14/09814), que atua na rede municipal de educação de Eldorado, relata que o evento “oportuniza a troca de experiências com profissionais de outras cidades e diversifica o debate*

*acerca de saúde e de cuidado na educação, que esses espaços continuem existindo e que enquanto categoria consigamos nos apoiar”.* (CREPOP Itinerante de Naviraí)

A 1ª parada do CREPOP Itinerante foi no município de Ponta Porã, na divisa do estado de Mato Grosso do Sul com Pedro Juan Caballero, no Paraguai, trazendo a interiorização e descentralização de saberes para um Estado de tríplice fronteira. Compuseram esse circuito outras cinco cidades nesse primeiro ano de gestão: Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Coxim e Sidrolândia. E não parou por aí! Em 2024, o CREPOP Itinerante passou por Naviraí, Nova Andradina, Aquidauana, Maracaju e Paranaíba. Em 2025, seguiu em direção a Sonora, Rio Brilhante, Bela Vista, Bataguassu, Chapadão do Sul, Jardim, São Gabriel do Oeste, Água Clara e Caarapó, completando 20 paradas realizadas nos três anos de Gestão do X Plenário: Psicologias, Território e Identidades. Entre tantas estradas e travessias, o caminho que guia esse trabalho é a proposta de fortalecer, qualificar a prática e promover a articulação profissional por todo o território de Mato Grosso do Sul.



*A psicóloga Juliana da Silva Monteiro (CRP14/03598-7) e Secretária de Assistência Social de Caarapó, corrobora a importância desse encontro presencial: “O evento representa uma importante iniciativa do CREPOP em descentralizar e expandir as ações do CRP para o interior. Enquanto Psicóloga que atua na área da Assistência Social há quase 18 anos, posso afirmar que eventos como estes fortalecem a Psicologia enquanto ciência e profissão e ampliam as reflexões e diálogos acerca de temas atuais e emergentes que desafiam as nossas práticas cotidianas. O que esse evento trouxe de mais valioso foi justamente isso, a troca de saberes e experiências” (CREPOP Itinerante de Naviraí).*

No que concerne à prática profissional cotidiana da Psicologia nos mais diversos setores das políticas públicas, o CREPOP Itinerante se propõe a ser um circuito de diálogos nos municípios do interior de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de aproximação da categoria por meio da escuta, da orientação e da discussão de temáticas e problemáticas relevantes em cada um dos territórios. Como norteadores das ações do CREPOP Itinerante, estão: uma prática em Psicologia vinculada às demandas dos territórios, considerando a regionalização das discussões a partir do levantamento prévio das temáticas de interesse das/os psicólogas/os atuantes nos municípios, visando, assim, atender às subjetividades e particularidades de profissionais e do território visitado. Previamente, é lançado um formulário de votação temática, com sugestões que se interseccionam com políticas públicas, deixando um espaço para novas indicações de demandas. Assim, as/os conselheiras/os e colaboradoras/es podem utilizar tais sugestões como

disparadoras para o trabalho, construindo o evento com a categoria. Entre as duas temáticas mais escolhidas por profissionais, temos: “violência e violação de direitos”, elegidas em 10 paradas, seguida de 5 escolhas por “infâncias e juventudes”.

É importante sinalizar que a interseccionalidade tem sido a ferramenta de análise mais utilizada, pois permite que a Psicologia se aproxime dos diferentes contextos e modos de subjetivação, considerando os diferentes marcadores sociais. O trabalho tem permitido reconhecermos as dificuldades enfrentadas pela categoria atuante nos municípios do estado, bem como práticas criativas e inovadoras que contribuem para o campo da Psicologia enquanto ciência e profissão. Por fim, diante do exercício cotidiano do trabalho em políticas públicas, o CREPOP Itinerante busca discutir, especialmente, a garantia de direitos e equidade, pensando não apenas a diversidade de demandas no âmbito das políticas públicas, mas, fundamentalmente, a criação de redes que tenham como finalidade a atuação em Psicologia que possibilite o exercício da cidadania.

*A profissional, indígena psicóloga Araíndia Pires (CRP14/09037-2), de Dourados, que atua na aldeia Eykue em Caarapó, aponta sobre a temática do evento fazendo o recorte de raça para com os povos indígenas (CREPOP Itinerante de Naviraí).*



## CREPOP ITINERANTE

- |                  |                         |
|------------------|-------------------------|
| 1 Ponta Porã     | 11 Paranaíba            |
| 2 Dourados       | 12 Sonora               |
| 3 Corumbá        | 13 Rio Brilhante        |
| 4 Três Lagoas    | 14 Bela Vista           |
| 5 Coxim          | 15 Bataguassu           |
| 6 Sidrolândia    | 16 Jardim               |
| 7 Naviraí        | 17 Chapadão do Sul      |
| 8 Nova Andradina | 18 Água Clara           |
| 9 Aquidauana     | 19 São Gabriel do Oeste |
| 10 Maracaju      | 20 Caarapó              |

CIDADES REALIZADAS





# Psicologia e ética: contribuições da Comissão de Ética para o X Plenário do CRP14/MS

Kerolayne Carvalho (CRP14/10073) e Elizete de Souza Morais (CRP14/07607-2)  
Comissão de Ética

A Comissão de Ética (COE) é uma das comissões permanentes e obrigatórias dos Conselhos Regionais de Psicologia, criada com a missão de zelar pelo cumprimento dos princípios éticos no exercício profissional da Psicologia. Sua atuação é orientada pelo Código de Processamento Disciplinar e pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo, definidos pelas Resoluções CFP n.º 011/2019 e n.º 010/2005, respectivamente.

À COE cabe receber, analisar e instruir denúncias relacionadas a possíveis infrações éticas cometidas por profissionais registrados, avaliando se há indícios de violação aos preceitos estabelecidos no Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP) ou a outras normativas do Conselho Federal de Psicologia aplicáveis ao exercício profissional. A Comissão também é responsável por fornecer ao Plenário os subsídios necessários para a deliberação sobre o arquivamento ou a instauração de processos ético-disciplinares.

O trabalho da COE é realizado sob sigilo, assegurando o direito à ampla defesa das partes envolvidas. Mais do que responsabilizar condutas, a Comissão tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento da prática profissional e para a proteção da sociedade.

A atuação da COE durante a gestão 2022–2025 foi marcada pelo compromisso e pela dedicação de seus colaboradores, superando desafios operacionais e respondendo ao crescente volume de representações recebidas. Desde o início da gestão do X Plenário, em setembro de 2022, até novembro de 2025, a COE recebeu 102 novas representações. A essas, somaram-se outras 9 representações da gestão anterior, totalizando, até o momento, 111 processos em tramitação.

Durante esse período, a Comissão desempenhou um papel crucial na função disciplinar que lhe compete, realizando 9 sessões de julgamento, 4 câmaras de solução e mediação de conflitos, além de promover o arquivamento de 33 processos. Esses arquivamentos ocorreram tanto por ausência de indícios de infração ética quanto pela conclusão dos julgamentos com trânsito em julgado.

Entre as principais temáticas observadas nas denúncias, estão as seguintes:

- **Publicidade profissional irregular em redes sociais, com infração ao artigo 20º do CEPP;**
- **Elaboração inadequada de documentos, em desacordo com a Resolução CFP n.º 006/2019;**

- **Negativa no fornecimento de documentos, em infração aos artigos 1º, alíneas f, g, h, do CEPP;**
- **Vinculação a práticas e técnicas não reconhecidas pela Psicologia, em violação ao artigo 1º, alínea c, do CEPP;**
- **Avaliação psicológica em desacordo com a Resolução CFP n.º 31/2022;**
- **Vinculação à religião e/ou religiosidade, em infração ao artigo 2º, alínea b, do CEPP;**
- **Assédio moral e/ou sexual, em desacordo com o artigo 2º, alíneas a, c, do CEPP;**
- **Quebra de sigilo profissional, em infração ao artigo 9º e 10 do CEPP.**

A estrutura e a condução desse trabalho só foram possíveis graças ao empenho coletivo. A COE contou com a dedicação de colaboradores, conselheiras/os, assessoria técnica e jurídica. Esse esforço conjunto foi essencial para o cumprimento dos prazos, garantindo procedimentos pautados na humanização, na mediação e na conciliação, sem abrir mão do rigor ético e disciplinar.

Essa colaboração foi fundamental para o fortalecimento da Psicologia como ciência e profissão comprometida com a ética e com a sociedade. A todas, todos e todes que contribuíram para essa trajetória, registramos nosso profundo reconhecimento e agradecimento.

Aiane Gisela S. V. Morais – CRP 14/08123-6  
Carolina Cavalcante Silva – CRP 14/07167-2  
Elizete de S. Morais – CRP 14/07607-2  
Flávia P. de Camargo – CRP 14/04566-0  
Gabrielle de S. Sanches – CRP 14/08482-7  
Jacqueline de C. Rojas – CRP 14/05822-6  
Jennifer K. O. B. Barthaus – CRP 14/09844  
João Fernando S. Vilela – CRP 14/08098-1  
Kelly Cristiny de Lima Garcia – OAB/MS 6352  
Kerolayne Carvalho – CRP 14/10073  
Leandro B. de Castro – CRP 14/03549-0  
Maria de Lourdes Dutra – CRP 14/00506-2  
Maria Izabel C. Padilha – CRP 14/02867-9  
Naura C. Ortiz Bernardo – CRP 14/02704-2  
Robson J. Verão – CRP 14/02445-4  
Sara C. Rodrigues – CRP 14/08204-5  
Vanessa Q. dos Reis – CRP 14/07860-9

# Orientações para os registros documentais, prontuários e entrega de documentos psicológicos na Avaliação Psicológica

Jucimara Zacarias Martins (CRP14/04714-7), Jennifer Kerolly de O. B. Bathaus (CRP14/09844),  
Ilma Pereira dos Santos Henrique (CRP14/07618-1) e Michelle Joanny Zompero Santos (CRP14/03227-0)  
Comissão de Avaliação Psicológica

Nos processos de avaliação psicológica, são produzidos vários documentos, entre eles: registros dos atendimentos, protocolos de correção dos instrumentos e das técnicas, relatórios das correções informatizadas dos testes psicológicos e a montagem de um prontuário da pessoa atendida. Dessa forma, a/o psicóloga/o deverá se organizar para a elaboração, guarda e entrega desses documentos. Observa-se, na prática da orientação e fiscalização *in loco*, que um grande número de profissionais apresenta dúvidas em operacionalizar esses procedimentos e compreender a real importância de cada um. Este texto visa apresentar algumas orientações quanto aos procedimentos necessários na área da Avaliação Psicológica, uma vez que, nesse contexto, produz-se uma quantidade considerável de materiais. Além disso, tais materiais são fontes de informações das pessoas atendidas aos quais precisaremos recorrer em outros momentos durante o prazo de guarda, quando solicitados para consultas e até mesmo para responder demandas quanto ao serviço prestado.

## O que são os registros documentais na Avaliação Psicológica?

São registros decorrentes de um serviço prestado que documentam a descrição e a evolução do caso, assim como os procedimentos técnico-científicos adotados (Resolução CFP 001/2009). O processo de Avaliação Psicológica pode ser realizado em várias etapas e/ou encontros, a depender da modalidade empregada no momento, e torna-se obrigatório a/o psicóloga/o manter um registro dos procedimentos utilizados (testes psicológicos aplicados, técnicas adotadas e manejos necessários para o encontro), bem como das suas percepções sobre a demanda e conteúdos que considerar importantes, a fim de registrar na descrição e na evolução do caso atendido.

## Em todos os processos de avaliação, incluindo as pontuais e periciais, o registro documental deve ocorrer?

Sim. O registro documental deve ser realizado em qualquer modalidade de prestação de serviço psicológico.

Cabe destacar que o registro também pode exercer uma função facilitadora do trabalho da/o psicóloga/o. Já pensou em recordar sozinho detalhes de um encontro de aplicação coletiva de instrumentos durante uma seleção profissional? Dessa forma, a prática do registro

documental permite registrar as ocorrências, as percepções e os procedimentos durante um manejo de aplicação de um teste psicológico específico, os quais serão resgatados para compreender o processo com mais precisão ao se utilizar esses dados posteriormente, em encaminhamentos necessários. Temos uma memória que pode ser limitada e seletiva diante de um volume de informações.

## Como organizar os registros documentais e prontuários nos processos de Avaliação Psicológica?

A organização dos registros documentais é de responsabilidade da/o profissional da Psicologia que acompanha o caso. Trata-se de documentos de caráter sigiloso e privativo da área. Nesse caso, os protocolos de correção e interpretação dos testes psicológicos ficarão arquivados juntos desses registros e inacessíveis às pessoas que não sejam da área.

Nos prontuários, devem conter apenas informações necessárias para o andamento do serviço, além de documentos e encaminhamentos relacionados ao caso. Dessa forma, poderão ter acesso ao material a pessoa atendida, caso solicite, e outros profissionais da equipe multiprofissional.

Há prazo de guarda dos registros documentais e prontuários: no mínimo 5 anos (ver as Resoluções CFP 001/2009 e 006/2019). Porém, é preciso olhar os casos especificados em algumas leis. Por exemplo, para o serviço público, são 20 anos e, em casos de crianças e adolescentes, há um entendimento da guarda ocorrer até a maioridade. Na dúvida, busque auxílio da Comissão de Orientação e Fiscalização.

## Entrega de documentos na Avaliação Psicológica

Os documentos psicológicos devem ser elaborados de acordo com a Resolução 006/2019. Recomenda-se fazer duas vias e registrar o protocolo de recebimento com a assinatura e a data do recebimento. Além disso, eles devem ser arquivados junto do prontuário.

Na Avaliação Psicológica, orienta-se que o documento psicológico deve ser entregue durante uma entrevista devolutiva para apresentação dos resultados, em que devem ser dadas orientações e oferecidos os encaminhamentos necessários (Resolução CFP n. 006/2019).

Outro ponto que merece atenção é que não é recomendável entregar relatórios de correções informatizadas para a pessoa atendida, considerando que são dados ainda brutos, que precisam de integração dentro do processo de Avaliação Psicológica, melhor contextualização teórica e emprego da chamada validade clínica (análise que está pautada no raciocínio psicológico, que integra a observação, a escuta, os conceitos das teorias utilizadas no processo e os princípios éticos).

Por fim, registrar as informações faz parte do processo de Avaliação Psicológica, além de nos auxiliar em procedimentos que, por sua natureza, já têm uma estruturação sistemática (por estarem organizadas, vários procedimentos posteriores são facilitados, como a elaboração dos documentos psicológicos solicitados pela pessoa atendida). Vale muito a pena investir no registro documental, na organização dos prontuários e na guarda adequada dos materiais, de forma a prestar um serviço psicológico de qualidade e haver uma melhor operacionalização da rotina de trabalho.

---

## A oferta de serviços psicológicos mediada pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: desafios e potencialidades

Jucimara Zacarias Martins (CRP14/04714-7), Nathalia Amorim Freitas de Souza (CRP14/05981-6)  
e Lidiane Cavazzana Franco dos Santos (CRP14/04716-5)  
Comissão de Orientação e Fiscalização



A oferta de serviços mediada pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no exercício profissional da Psicologia é regulamentada pela Resolução CFP nº 09/2024. Essa normativa é recente e passou a vigorar em agosto de 2024 com algumas mudanças em procedimentos até então adotados pela categoria, sendo eles: a desabilitação do cadastro na plataforma E-psi do Conselho Federal de Psicologia, bem como a ausência de autorização ou cadastro nos Conselhos Regionais de Psicologia para a oferta de serviços mediada pelas TDICs.

Abaixo seguem alguns pontos importantes para a realização do serviço psicológico com uso dessas tecnologias, de acordo com a resolução:

- **Abrangência:** Regulamenta toda atividade

profissional da Psicologia realizada com o uso (seja eventual ou frequente) de TDICs para comunicação e armazenamento de dados;

- **Serviços psicológicos:** Define as diretrizes para a prestação de serviços psicológicos on-line, sendo eles consultas, psicoterapia, orientação, supervisão, consultoria, avaliação psicológica e outras práticas. Cabe destacar que a realização de avaliação psicológica é permitida desde que se utilize instrumentos autorizados para essa aplicabilidade, conforme avaliação do SATEPSI. Outro ponto que merece destaque é a oferta do serviço psicológico por TDICs não se restringe apenas à psicoterapia e pode abranger outros campos de atuação, tais como atividades em redes sociais (Psicoeducação, palestras, lives, entre outras), preenchimento de sistemas



eletrônicos e outras;

- **Sigilo e confidencialidade:** Reforça a necessidade de garantir o sigilo profissional e a proteção de dados das pessoas atendidas em ambientes digitais, incluindo a organização dos prontuários e elaboração de relatórios;

- **Registro documental:** É necessário realizar o registro documental dos atendimentos (presencial ou online). Trata-se de um procedimento obrigatório;

- **Contrato de prestação de serviços:** Exige um contrato de prestação de serviços (seja escrito ou verbal), com informações precisas sobre o trabalho a ser realizado, direitos e deveres das partes e os recursos tecnológicos que serão utilizados;

- **Atendimento interestadual:** Estabelece normas para o atendimento psicológico realizado entre diferentes estados do Brasil, respeitando as jurisdições dos Conselhos Regionais de Psicologia. O atendimento por TDICs não obriga a realização de inscrição secundária no CRP, estando a/o psicóloga/o autorizada/o a realizar atendimentos em todo o território nacional;

- **Necessidade de avaliação:** Determina que a/o psicóloga/o avalie e considere os riscos inerentes à saúde da pessoa atendida no uso de modalidades on-line (sedentarismo, exposição à luz, comportamentos aditivos entre outros). Cabe a/o psicóloga/o pensar sobre os reais benefícios, fomentando boas práticas e atendimentos de maneira ética;

- **Competências e habilidades:** É necessário verificar a presença de competências e habilidades dos envolvidos para usar as TDICs durante os atendimentos. Recomenda-se adotar critérios para a análise da viabilidade no atendimento nesta modalidade ou a necessidade do atendimento presencial, como condições clínicas, metodologia de trabalho ou outros impedimentos que julgar naquele momento como impeditivo;

- **Compatibilidade Tecnológica:** Exige a compatibilidade das TDICs com o serviço prestado (comunicação síncrona ou assíncrona, texto, áudio, audiovisual);

- **Urgências e emergências:** Cabe a/o psicóloga/o se responsabilizar por prever meios para atender ou direcionar demandas de urgência e emergência que possam ocorrer durante o atendimento on-line, bem como por garantir a disponibilidade de contato de apoio da pessoa atendida, além de identificar uma rede de suporte presencial disponível. É necessário destacar, ainda, que situações de risco, ameaça, urgência e emergência deverão ser avaliadas tecnicamente para a tomada de decisão quanto ao encaminhamento para o serviço a ser prestado simultaneamente ou exclusivamente na rede de proteção presencial;

- **Características das pessoas atendidas:** A/o psicóloga/o deve verificar as características das pessoas atendidas remotamente (alguma condição de deficiências, diferenças culturais e linguísticas, faixa etária entre outras);

- **Características das instituições:** Em atendimentos remotos para instituições, a/o psicóloga/o deve verificar as características físicas e estruturais oferecidas e que são compatíveis para essa modalidade de atendimento, com qualidade técnica e ética;

- **Limitações legais:** O atendimento poderá ser ofertado dentro do território brasileiro. Em caso de atendimentos em outros países a/o profissional deverá avaliar a legislação do local;

- **Elaboração de documentos psicológicos:** Em caso de necessidade de elaborar documentos psicológicos nesta prestação de serviços, deverá ocorrer de acordo com a Resolução CFP nº 006/2019.

Por fim, consideramos que a oferta de serviços psicológicos mediados pelas TDICs apresenta vários benefícios de alcance para as pessoas, assim como mais praticidade, inovação nas propostas de trabalho e acesso a uma diversidade de profissionais no território nacional. Porém, cabe à categoria também identificar os desafios, as limitações e a responsabilidade técnica e ética nessa atuação. Portanto, que esses pontos sejam norteadores e estimulem boas práticas no nosso fazer na Psicologia!



# Diversidade étnica-cultural em Mato Grosso do Sul: um olhar da Comissão de Psicologia e Povos Indígenas

Bárbara Marques Rodrigues (CRP14/06285-4), Vanessa Silva Souza (CRP14/07450-9)

e Vanilce Farias Gomes (CRP14/08623-6)

**Comissão de Psicologia e Povos Indígenas**



A atuação da Psicologia em contexto de território indígena exige uma compreensão aprofundada da realidade sociocultural existente em Mato Grosso do Sul, que compõe diversidades étnicas, sendo que conhecer as questões da pluralidade cultural é essencial para construirmos uma prática ética e não violadora. O Estado de Mato Grosso Sul se destaca como um território onde há diversos povos originários, muitos deles vivendo em contexto de violência e violações de direitos, confinados em reservamentos em Terras Indígenas retomadas e, como consequência, necessitando de um olhar profissional da Psicologia.

A Comissão de Psicologia e Povos Indígenas reconhece a importância de visibilizar e contextualizar a presença dessas etnias, não apenas em sua riqueza cultural, mas também em sua resistência diante dos processos de violência, desterritorialização e etnocídio. Essa escrita visa apresentar os povos originários que habitam MS, servindo como subsídio para a reflexão e o desenvolvimento de ações que promovam o bem-viver e o respeito à autodeterminação, em consonância com os princípios de uma Psicologia decolonial.

## Terena

O povo Terena, pertencente ao tronco linguístico Aruak, possui uma rica cultura enraizada em tradições ancestrais e uma forte conexão com a natureza. Sua organização social se estrutura em um alto senso de coletividade e respeito pelos mais velhos, que detêm o conhecimento tradicional transmitido de geração a geração. O uso de plantas medicinais é comum para o cuidado da saúde, e a agricultura, especialmente o cultivo da mandioca, é fundamental para a subsistência. Manifestações artísticas como a cerâmica são importantes expressões culturais, assim como danças e cantos ritualísticos, que celebram a vida, a natureza e os ancestrais. A dança masculina Kohixoty Kipaé, também conhecida como dança da ema, celebra a história do povo Terena, incluindo o mito da criação do mundo. A dança feminina Sipúterena, no passado, era utilizada para saudar os

guerreiros que retornavam da guerra. Os principais territórios ocupados pela etnia Terena localizam-se nos municípios de Aquidauana, Miranda, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque e Anastácio. Há também áreas em Porto Murtinho, compartilhadas com os Kadiwéu, e em Dourados, em convivência com os Guarani Kaiowá. Além disso, muitos Terenas migraram para áreas urbanas, com destaque para Campo Grande.

## Guarani Ñhandeva

Os Guarani de Mato Grosso do Sul, representados principalmente pelos subgrupos Kaiowá e Nhandeva, unidos muitas vezes por casamentos, constituem uma das maiores populações indígenas do país. Seu idioma pertence ao tronco linguístico Tupi, e sua organização social é comunitária, centrada nos tekoha (territórios tradicionais). A cultura Guarani é sustentada

por uma profunda dimensão espiritual, na qual a relação com Nhanderu (divindade suprema) e a busca pela yvy marã ey (terra sem males) orientam a vida cotidiana. A valorização da oralidade, os rituais religiosos realizados nas oga opy (casas de reza), a preservação da língua e as práticas agrícolas tradicionais (milho e mandioca) são pilares de sua identidade.

No entanto, os Guarani enfrentam profundas dificuldades no contexto contemporâneo, como limitação ao acesso à água potável, alimentos e plantas medicinais, o que gera sofrimento e representa uma violação de direitos, tornando-se foco de preocupação para a Psicologia. A luta pela demarcação de terras, as violações de direitos, a violência fundiária e os graves indicadores sociais, especialmente em MS, onde ocorrem recorrentes conflitos com proprietários rurais, tornam o caso Guarani emblemático das tensões entre os direitos indígenas e o modelo de desenvolvimento brasileiro. Essa situação de desterritorialização e violência crônica está diretamente ligada a altas taxas de suicídio e consumo excessivo de álcool, demandando intervenções psicossociais urgentes e culturalmente sensíveis. Os Guarani estão localizados no Centro-Oeste do Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai, em biomas como Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal. Os Guarani Nhandeva em Mato Grosso do Sul podem ser encontrados principalmente em territórios como a Terra Indígena Amambai, Tacuru, Paranhos, Iguatemi, Dourados, Caarapó, entre outras do cone sul do Estado.

### Guarani Kaiowá

Os Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul compõem um dos maiores subgrupos indígenas do Brasil e são reconhecidos por sua profunda ligação com a terra, espiritualidade e resistência sociopolítica. Atualmente, concentram-se nos territórios do sul de Mato Grosso do Sul, em áreas que se estendem até os rios Apa, Dourados e Ivinhema ao norte, indo, rumo sul, até a serra de Maracaju e os afluentes do rio Jejui, no Paraguai, alcançando aproximadamente 100 km em sua extensão leste-oeste, indo também a cerca de 100 km de ambos os lados da cordilheira do Amambai, de acordo com informações do site Povos Indígenas. Sua vida comunitária se organiza nos tekoha, onde praticam a agricultura, cultivando milho e mandioca, e realizam rituais religiosos nas opy (casas de reza). A espiritualidade é um pilar central, manifestada na busca pela yvy marã ey (terra sem males), um território sagrado idealizado como livre de sofrimento. Sua estrutura social é comunitária, com grandes famílias extensas e lideranças espirituais, como ñandesy e ñanderu, responsáveis pela cura e transmissão dos saberes ancestrais. Concentrados principalmente no sul de Mato Grosso do Sul, em territórios assim como os dos Guarani Nhandeva, os Guarani Kaiowá enfrentam desafios significativos, como a luta pela demarcação de terras, os conflitos fundiários, a violência e as violações de direitos, resultando em alta vulnerabilidade social, altas taxas de

suicídio e consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Sua língua, pertencente à família Tupi-Guarani do tronco Tupi, compartilhada com outros subgrupos Guarani, como os Nhandeva e os Mbyá (região do Paraná), é essencial para a preservação de sua identidade cultural e a continuidade de suas tradições orais.

### Guató

O povo Guató resiste fortemente há séculos e atualmente se localiza entre os estados de Mato Grosso do Sul (Aldeia Uberaba) na fronteira com a Bolívia, e de Mato Grosso, na Terra Indígena Baía dos Guató, estando intimamente ligado à planície alagada do Pantanal. Segundo o site pib.socioambiental.org, a expulsão dessa etnia de suas terras se intensificou por volta das décadas de 1940 e 1950, com a expansão da criação de gado na região, quando os Guató foram considerados “extintos” pelo então órgão indígena oficial da época. No ano de 1976, através de uma exposição de artesanato, uma missionária religiosa, ao conversar com uma artesã que expunha um artefato com características da etnia, identificou uma falante do idioma. A partir de então, iniciou-se a busca por respeito, dignidade e direito à existência, uma vez que nessa breve história observa-se a resistência em meio ao etnocídio vivenciado por povos originários. Como estão originalmente atrelados ao Pantanal, entre a riqueza de sua característica cultural está a confecção da canoa de um pau só, com remos específicos, os quais deslizam maravilhosamente sobre as águas pantaneiras, além de serem excepcionais em localização geo-hidrográfica, reconhecendo os períodos de cheia e seca do Pantanal.

### Kinikinau

Os Kinikinau são um povo indígena pertencente ao tronco linguístico Aruak, tradicionalmente localizados no estado de Mato Grosso do Sul, especialmente nas regiões do rio Miranda e rio Aquidauana, e estão historicamente aliados ao povo Terena, com quem compartilham semelhanças culturais e sociais. Os Kinikinau sofreram e ainda sofrem intensos processos de colonização, deslocamento e perda de terras, o que impactou fortemente sua demografia e seu modo de vida. Embora por muito tempo tenham sido considerados extintos ou assimilados por outros grupos, os Kinikinau mantiveram viva sua identidade étnica e vêm lutando pelo reconhecimento oficial, pela preservação de sua cultura e pela retomada de seus territórios tradicionais. Atualmente, buscam fortalecer sua língua, suas tradições e sua organização comunitária.

### Ofaié

Os Ofaié pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê e habitam tradicionalmente as regiões próximas ao rio Paraná, entre os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. Os Ofaié foram e ainda são impactados pela colonização,



pelos conflitos com fazendeiros e pela expansão das fronteiras agrícolas, o que resultou na perda de territórios e em uma drástica redução populacional. Atualmente, estão presentes principalmente na Terra Indígena Ofaié-Xavante, em Brasilândia (MS), onde resistem e lutam pela preservação de sua cultura, pelo fortalecimento da identidade étnica e pela recuperação de sua língua, hoje em processo de revitalização. Apesar das dificuldades, eles mantêm vivas práticas culturais como o artesanato, os cantos tradicionais e os conhecimentos sobre o Cerrado.

### Atikum

Os Atikum são um povo indígena de origem nordestina que estão em Mato Grosso do Sul de forma remanescente e migrante. Sua língua pertence ao tronco linguístico Macro-Jê, e eles vivem de uma forma mais “espalhada” por algumas terras indígenas onde convivem com outras etnias, como os Terena e Guaraní Kaiowá, principalmente em áreas urbanas e rurais dos municípios de Campo Grande, Dourados e Miranda. Os Atikum foram oficialmente reconhecidos como povo indígena pelo Estado Brasileiro apenas na segunda metade do século XX, após um longo processo de afirmação identitária. Eles se destacam pela forte relação com a terra e pela produção agrícola, cultivando feijão, milho, mandioca e frutas típicas da região. Preservam manifestações culturais como danças, cantos, festas religiosas e saberes tradicionais relacionados à cura e à natureza.

### Kadiwéu

Os Kadiwéu são um povo pertencente ao tronco linguístico Guaikuru, do grupo dos povos cavaleiros do Chaco, conhecidos por sua habilidade no uso do cavalo desde o século XVIII. Habitam a Terra Indígena Kadiwéu, localizada no município de Porto Murtinho, no Pantanal Sul-mato-grossense, uma das maiores terras indígenas do Brasil. Historicamente, os Kadiwéu se destacaram por sua participação como aliados do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai (1864–1870), o que lhes garantiu o reconhecimento formal de parte de seu território. São conhecidos também por sua rica expressão cultural, como a pintura corporal, cerâmica, arte plumária e um complexo sistema de organização social e de rituais.

A diversidade cultural e a complexidade da realidade dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul, conforme brevemente delineado, impõem à Psicologia um posicionamento ético e político. A Comissão de Psicologia e Povos Indígenas reitera que a saúde mental e o bem-viver desses povos estão intrinsecamente ligados à garantia de seus direitos territoriais, à preservação de suas culturas e ao combate a todas as formas de violência e discriminação.

A atuação profissional deve ser pautada na defesa dos direitos dos povos indígenas, no apoio às lutas por autodeterminação, na valorização dos saberes tradicionais e na organização social. A resistência desses povos é a

prova viva de que a diversidade é a maior riqueza do Brasil, e a Psicologia tem o dever de ser uma aliada incondicional nessa jornada pela justiça social e pelo respeito à vida. A luta por uma sociedade mais justa é responsabilidade de todas/os.

## Psicologia e Marcadores Sociais (com interface com Psicologia e Territórios e Garantia de Direitos e Equidade)

Maria Yzabella Souza T. Franco (CRP14/10209)  
Núcleo de Indígenas Estudantes de Psicologia

O Núcleo de Indígenas Estudantes de Psicologia (NIEP), vinculado ao CRP14/MS, tem buscado ser um espaço de fortalecimento identitário e visibilidade para estudantes indígenas no campo da Psicologia. Embora ainda em processo de consolidação, por meio do compartilhamento de experiências — seja em rodas de conversa nas universidades, seja em diálogos informais —, o NIEP tem se constituído como uma reafirmação da necessidade de aproximação da Psicologia às pautas étnico-raciais e da importância da validação das subjetividades indígenas.

Além disso, o núcleo funciona como um canal de compartilhamento de eventos, editais e ações do Conselho, aproximando essa população das práticas do CRP14 e estimulando o sentimento de pertencimento institucional. Essas trocas, diretas e indiretas — muitas vezes em conversas particulares com a coordenadora Maria Yzabella Souza Franco — revelam a importância de espaços que reconheçam vivências indígenas e contribuam para a valorização do bem-viver e de outras formas de compreender a saúde mental, para além do modelo biomédico e individualista tradicional.

Dessa forma, o NIEP se configura como uma semente que, mesmo em pequenos gestos, questiona a hegemonia epistemológica eurocêntrica e norte-americana que marca a formação em Psicologia no Brasil. Uma Psicologia construída epistemologicamente com base em um sujeito universal (o homem branco, cis, hétero) frequentemente desconsidera os saberes ancestrais, as espiritualidades e os processos históricos de opressão enfrentados pelos povos indígenas. Tal invisibilidade epistêmica contribui para práticas que, muitas vezes, violentam ao invés de cuidar.

Diante disso, reafirma-se a urgência de uma Psicologia crítica e comprometida com a reparação histórica de valorização das vivências dos povos originários. O NIEP, por fim, atua nesse entrelaçamento como um ponto de apoio para que estudantes indígenas se sintam vistos, ouvidos e legitimados em sua trajetória acadêmica e profissional.

# Psicologia Clínica no Brasil: potência em movimento, escuta comprometida e cuidado ético

Bruna Martins Tomé (CRP14/09139-0), Camila Areco da Silva (CRP14/08132-7)

Juliana Nowak (CRP14/09059-0) e Walkes Jacques Vargas (CRP14/05574-6)

Núcleo Psicologia Clínica e Saúde Suplementar

No Brasil, grande parte das/os psicólogas/os atua com psicoterapia. De acordo com o Censo da Psicologia Brasileira (2022), mais de 70% dos profissionais estão inseridos na prática clínica, mesmo quando dividem seu tempo com outras áreas de atuação. Esse dado, à primeira vista, pode parecer redundante. Mas, quando olhamos de perto, ele nos fala sobre permanência, sobre o quanto a escuta clínica continua sendo um dos principais recursos de cuidado em saúde mental — mesmo em meio a mudanças de paradigmas, inserções em políticas públicas e transformações sociais profundas.

O reconhecimento da Psicologia como uma ciência e profissão no país, desde a Lei nº 4.119/1962, não desvinculou a clínica de seu papel social. Ao contrário: levou-a para mais perto da realidade concreta das pessoas. A expansão da categoria e sua inserção nas políticas públicas em diversas frentes — como saúde pública, educação e assistência social — não limitaram a prática clínica. Pelo contrário, contribuíram para uma escuta mais qualificada, mais conectada com o território, com as desigualdades e com a complexidade do sofrimento humano.

Somos hoje o país com o maior número de psicólogas/os no mundo. E isso não é só estatística — é potência. Em 2021, segundo dados da ANS, houve um aumento de 300% na procura por psicoterapia com psicólogas/os. É um cenário que escancarou o que há tempos se anuncia: saúde mental não é luxo, é um direito.

Essa potência, no entanto, convoca-nos a repensar o lugar da clínica na contemporaneidade. Que clínica é essa que desejamos construir? Uma escuta isolada em quatro paredes ou um espaço de encontro com o mundo? A prática clínica não pode — nem deve — ignorar os atravessamentos de classe, raça, gênero, território e sexualidade. Uma escuta verdadeiramente comprometida não é neutra: ela é ética, situada, contextualizada e implicada com a realidade que a atravessa.

É nesse ponto que as diretrizes construídas pelos Conselhos de Psicologia ganham ainda mais força. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por exemplo, tem sido firme na defesa de uma Psicologia alinhada aos direitos humanos. As campanhas nacionais de Direitos Humanos, realizadas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, lembram-nos que o cuidado não se faz apenas com técnica, mas com compromisso social. Em Mato Grosso do Sul, o CRP tem atuado de forma incisiva no diálogo com profissionais da clínica e com a população

usuária, buscando ampliar o acesso à escuta psicológica de forma ética e inclusiva.

Em conjunto com os Conselhos de Psicologia das cinco regiões do país, tem sido trabalhada uma ampla ação articulada, de incidência junto ao Congresso Nacional, voltada à regulamentação da prática da psicoterapia no país. O Núcleo de Psicologia Clínica e Saúde Suplementar, integrante da Comissão de Saúde do CRP14/MS, participou com uma representante, no Congresso Brasileiro de Psicologia Clínica em São Paulo, e também vem promovendo a Jornada de Psicologia Clínica, que já está em sua segunda edição. A primeira aconteceu em outubro de 2024 e a segunda edição em junho de 2025. Além disso, este CRP tem visitado as universidades para dialogar com estudantes e professoras/es sobre a Psicologia Clínica, em especial sobre as propostas de regulamentação da psicoterapia em curso no país.

Falar sobre clínica também é falar sobre territórios. Hoje, a nossa categoria está diretamente inserida e engajada nas políticas públicas, nos ambulatórios, UBSs, CRAS, escolas, comunidades, etc. Ao mesmo tempo, também estamos nos consultórios acolhendo os sofrimentos ético-políticos da população por meio da Psicologia Clínica. A nossa presença nas políticas públicas têm transformado a construção da prática clínica e da psicoterapia, da mesma forma que a experiência do olhar clínico também se faz importante para a qualidade do nosso trabalho nas políticas públicas.

Em outras palavras, hoje o nosso saber e fazer clínico é atravessado pelas experiências que acumulamos com a nossa presença nas políticas públicas. Com isso, torna-se cada vez menos usual olhar o sujeito de forma extremamente individualizada, ignorando as interseccionalidades e os atravessamentos sociais. Além disso, todo arcabouço teórico somado à experiência clínica pode ser útil aos profissionais inseridos nas políticas públicas ainda que, a psicoterapia ou mesmo a Psicologia Clínica não seja o serviço disponível naquele espaço.

Com isso, onde quer que estejamos, a nossa prática é potência de transformação. E transformar, aqui, não se trata de “consertar o outro”, mas construir, junto dele, caminhos possíveis de existência com dignidade. A Psicologia Clínica que estamos construindo deve ser, cada vez mais, território de encontro entre ciência, ética e humanidade.



# Orfandade e uso excessivo de telas: violações de direitos e o compromisso da Psicologia com a proteção de crianças e adolescentes

Julyana S. Winkler Oshiro Galindo (CRP14/05582-8) e Walkes Jacques Vargas (CRP14/05574-6)  
Núcleo da Infância, Adolescência e Juventude



FOTO: LUCIANA NASSAR / WAGNER GUIMARÃES • ALEMS

O Núcleo de Infância, Adolescência e Juventude (NIAJ), ligado à Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região – Mato Grosso do Sul (CRP14/MS), tem sido uma voz ativa e necessária na luta pela proteção integral de crianças e adolescentes, especialmente diante dos novos desafios que se impõem com o cenário pós-pandêmico. Temas como a orfandade e o uso excessivo de telas surgem como elementos centrais de desproteção social, exigindo respostas interdisciplinares e o engajamento ético e político de todas e todos os profissionais comprometidos com os direitos humanos.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem uma trajetória marcada pela defesa intransigente da dignidade humana. Esteve presente na luta pela redemocratização do Brasil, pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reafirmando seu compromisso histórico com a garantia de direitos. Hoje, diante do aumento de situações de vulnerabilidades vividas por crianças e adolescentes, as psicólogas e os psicólogos reafirmam seu compromisso social com a proteção de quem está em processo de desenvolvimento psicossocial.

Recentemente, a pandemia de covid-19, cujos

impactos ainda reverberam em nossa sociedade, evidenciou com crueldade as fragilidades do nosso sistema de proteção social. Até março de 2024, o Sistema de Monitoramento da Covid-19, vinculado ao SUS, contabilizou 710.427 mortes no país. Muitas dessas vítimas eram mães, pais ou responsáveis por crianças e adolescentes que, de um dia para o outro, se viram órfãos e sem uma rede de cuidado estruturada. Essa realidade escancara o fenômeno da orfandade como uma forma concreta de violação de direitos, expressa pela perda de vínculos afetivos, pela ruptura de laços familiares e pela ausência de políticas públicas eficazes para acolher e proteger essas infâncias.

A orfandade, nesses termos, não é apenas uma questão emocional: é social, política e estrutural. Ela expõe as crianças a uma maior probabilidade de negligência, abandono, institucionalização e exploração sexual. É nesse contexto que o NIAJ tem atuado de maneira ativa, contribuindo para a articulação de redes de proteção, liderando a construção da Coalizão Orfandade e Direitos com várias outras entidades públicas e da sociedade civil organizada. Essa mobilização culminou no Seminário Estadual Orfandade e Direitos, que ocorreu na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, no mês de junho de 2024, resultando na formalização de uma Carta de Compromissos para garantir os direitos das crianças órfãs



no estado, a qual foi assinada pelos vários atores presentes na eventualidade.

Paralelamente à questão da orfandade, outro ponto de atenção diz respeito ao uso excessivo de telas por crianças e adolescentes. Durante o período de isolamento social da covid-19, os dispositivos digitais se tornaram ferramentas quase onipresentes na rotina das famílias — tanto como estratégia de ensino remoto quanto como forma de entretenimento. Contudo, estudos recentes e recomendações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) alertam para os riscos do uso desmedido de telas, que pode acarretar prejuízos no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, comprometendo vínculos familiares, sono, alimentação, atenção e bem-estar psicológico.

O uso excessivo de telas não é, portanto, uma escolha isolada das famílias ou crianças, mas o resultado de um contexto que promove a hiperconectividade em detrimento da convivência presencial, das experiências coletivas e do brincar livre — aspectos fundamentais para o desenvolvimento saudável, principalmente na primeira infância. É urgente que as políticas públicas reconheçam esse problema como uma questão de saúde pública e que unidades escolares, unidades de saúde, serviços socioassistenciais e famílias sejam mobilizados na construção de estratégias de cuidado e prevenção.

O NIAJ, a partir de uma perspectiva crítica e interseccional, tem se empenhado na produção de debates e na articulação com o Sistema de Garantia de Direitos, a fim de ampliar a escuta qualificada e o atendimento humanizado. Para atender a uma demanda do Governo

Federal, o CFP produziu sobre o uso de dispositivos digitais por crianças e adolescentes. Da mesma forma, o CRP14/MS também foi convocado a participar de audiência pública na Câmara Municipal de Campo Grande sobre a mesma temática. Todo esse trabalho é parte de um compromisso ético-político com o enfrentamento das violências silenciosas que afetam as infâncias e as adolescências cotidianamente — como a negligência, o abandono e o isolamento digital. Tal esforço culminou em avanços significativos, como a sanção da Lei 15.100/2025, que dispõe sobre a utilização de aparelhos eletrônicos nas escolas.



Dessa forma, a Psicologia, como campo de saber e de atuação, não se omite diante das novas formas de vulnerabilização que se apresentam. Orfandade e uso excessivo de telas são faces contemporâneas de um processo de desproteção que demanda ação coletiva, políticas públicas efetivas e um profundo compromisso com os direitos das infâncias e adolescências, pois são sujeitos de direitos — e que não devem crescer sem afeto, sem cuidados ou sem voz.



## Migração em contexto: migrantes, refugiados e apátridas — paradoxo para a Psicologia

Camilla Fernandes Marques (CRP14/05662-7), Clariane Siqueira Bispo Wounnsoscky (CRP14/06222-7), Gabriela Pereira da Silva (CRP14/08722-7) e Jacqueline de Campos Rojas (CRP14/05822-6)

Núcleo de Migração, Refugiados e Apatridas



Abordar a temática migração infere outros tópicos advindos dessa prática. Segundo dados obtidos no site do IBGE, 588 municípios brasileiros fazem fronteira com a América do Sul, e a Costa Brasileira faz fronteira marítima com o Oceano Atlântico. Diante dessa realidade geográfica, Mato Grosso do Sul está localizado na fronteira com Bolívia e Paraguai, e está no caminho de importantes rotas migratórias, uma vez que municípios apresentam fronteiras terrestres de fácil acesso, que estão estabelecidas pela Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979. Assim, o ano de 2017 traz em sua trajetória a Lei n. 13.445/2017, em substituição ao Estatuto do Estrangeiro, e garante aos migrantes e refugiados os mesmos direitos sociais por meio de diretrizes e princípios norteadores para uma política migratória brasileira, podendo ser considerado um ano ímpar para o diálogo migratório na perspectiva dos direitos humanos.

Nesse cenário, a Psicologia, como ciência e profissão, está em construção para atender com eficácia a essa nova demanda de costumes, ações e práticas cotidianas que fazem das culturas dessa população migrante sua identidade, assegurando, assim, qualidade de vida e saúde na nova realidade em contexto brasileiro. Em 2023, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou o XII Seminário de Psicologia e Políticas Públicas: interface entre Psicologia e populações em situação de refúgio, migração e apatridia, que contou com a participação da psicóloga Priscilla Carla dos Santos Justi (CRP14/05207-2) representando nosso regional, compartilhando as práticas profissionais desenvolvidas dentro da política de assistência social do município de Campo Grande. O evento teve publicação na íntegra em 2024, tornando todas as falas acessíveis à categoria. Em 2024, o CFP co-organizou o 1º Congresso Brasileiro de Psicologia e Migração com o Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região – Minas Gerais (CRP04/MG).

Tais iniciativas se fazem presentes diante da contemporaneidade, mas é necessário destacar que a Psicologia vem buscando olhar para demanda da sociedade, uma vez que discussões como a que estamos debatendo aqui aparecem nas diretrizes do 11º Congresso

Nacional da Psicologia (CNP) e começam a ganhar forma em ações, evidenciando a este regional a necessidade de buscar a construção de ações que possam dar visibilidade à demanda em nosso território.

Enquanto fenômeno social e diante da história, compreende-se que os seres humanos migraram desde épocas remotas, perpetuando sua existência, buscando climas mais adequados, água e alimentação, e garantindo o seu direito à vida.

Ao se pintar um panorama atual, os motivos migratórios também perpassam pela busca de melhores condições de vida e subsistência, com situações emanadas por guerras e disputas, conflitos, intempéries da natureza, entre outros. O migrante, por vezes, acaba por ser referenciado como “os outros”, com muita dificuldade em ser incluído no “nós”.

Ainda há um longo caminho pela frente a se enfrentar para conseguir atingir o cumprimento da Lei do Migrante. No que tange ao atendimento humanizado e adequado à realidade daquela população, estão sob a égide da minoria da minoria, na trajetória em que os ainda mais vulneráveis, como pessoas com deficiência, idosos e crianças, percorrem caminhos mais longínquos.

Percebe-se a dificuldade em qualificar trabalhadores das políticas públicas que estão na linha de frente no atendimento a essa população, a começar pela barreira do próprio idioma, que por vezes é o espanhol, língua que sequer é ofertada em escolas de fronteira.

O maior desafio é o de construir um modelo de Psicologia que possa estar adequado à realidade migrante, o qual aponte (a ponte) acolhimento, ciência, bem-estar e primazia para a qualidade de vida e saúde mental daquelas/es que estão em busca de reconstruir sua vida em territórios longínquos, e que possa garantir o acesso aos serviços psicológicos de grande importância nessa fase de vida, que é a estrada para reconstruir uma sociedade.

Muito bem-vinda/o a essa trajetória!



## Comissão de Educação do CRP14/MS e debates estratégicos sobre a implementação da Lei 13.935

Paola Lopes Evangelista (CPR14/06334-5) e Valquiria Rédua da Silva (CPR14/004485-0)  
Comissão de Educação



A Comissão de Educação do Conselho Regional de Psicologia 14ª Região – MS (CRP14/MS) tem por objetivo refletir, dialogar e propor melhorias da atuação em temas pertinentes à Psicologia Escolar e Educacional enquanto ciência e profissão, articulando ações com as instâncias internas, com os gestores, com a categoria e com a sociedade em geral, para efetivação desses diálogos em relação ao processo de implementação e regulamentação da Lei Federal 13.935/2019 nos municípios de Mato Grosso do Sul, subsidiando ações de gestores municipais e profissionais da Psicologia Escolar lotados nas secretarias ou escolas.

Entre as ações realizadas pela Comissão, elencam-se o “III Seminário Estadual de Psicologia Educacional e Escolar: Caminhos Percorridos e Diálogos Necessários”, promovido pelo CRP 14ª Região – MS, nos dias 16 e 17 de agosto de 2024, e a participação nos “Encontros Nacionais das Comissões de Educação do Sistema de Conselhos”, em Brasília (DF), promovidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), nos meses de outubro de 2024 e fevereiro de 2025. O Seminário, realizado no formato virtual, trouxe uma rica programação destinada a fortalecer e expandir a discussão a respeito da atuação das/os psicólogas/os e de assistentes sociais no ambiente escolar.

Já os encontros das Comissões de Educação tiveram como objetivos conhecer as ações, articulações e atividades realizadas pelos CRPs e pelas Entidades Regionais, bem como contribuir para o debate e a reflexão sobre a Política de Educação Básica e o trabalho profissional nessa política, além de intensificar o diálogo e avançar na aplicação da Lei 13.935/2019, que determinou a inclusão de profissionais da Psicologia e do Serviço Social nas equipes multiprofissionais de todas as escolas públicas

de educação básica do país. Os eventos contaram com a participação de representantes das Comissões de Educação dos 24 Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), além de conselheiras/os responsáveis pela temática em suas regiões.

As conselheiras federais Raquel Guzzo e Rosana Figueiredo representaram o CFP, destacando os principais desafios que têm dificultado a implementação efetiva dessa legislação. Durante o 1º encontro, foi enfatizado o papel crucial das/os psicólogas/os e assistentes sociais no desenvolvimento integral das/os estudantes e na promoção de direitos e políticas públicas essenciais para crianças em idade escolar. Foi ressaltado o compromisso da Psicologia e do Serviço Social no processo de ensino-aprendizagem, assim como na defesa do direito à educação de qualidade. Os participantes do encontro destacaram várias questões críticas enfrentadas pelas Comissões de Educação dos Conselhos de Psicologia, incluindo a necessidade urgente de desenvolver materiais orientadores, oferecer formações continuadas e sensibilizar a sociedade civil e as entidades relevantes sobre o tema. Além disso, enfatizaram a importância de fortalecer as assessorias jurídicas e parlamentares dos Conselhos, superar limitações de recursos humanos e aprimorar os canais de comunicação, para manter uma mobilização eficaz sobre essas questões.

No 2º encontro, foi apresentado também o documento produzido pelo grupo de trabalho do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), que traz subsídios para implementação da Lei Federal nos estados e municípios. Ressalte-se a relevância de tais participações nos eventos mencionados para subsidiar os objetivos da Comissão de Educação do CRP14/MS.



# Psicologia e equidade: a atuação do Núcleo de Saúde Mental na promoção de direitos e inclusão social

Ana Camila Marcelo (CRP14/08420-9)  
Núcleo de Saúde Mental



A Psicologia, ao longo de sua história, tem desempenhado um papel fundamental na compreensão e intervenção nas questões que envolvem a saúde mental, configurando-se como um campo interdisciplinar que se articula com diversas áreas do conhecimento, como educação, saúde pública e políticas sociais. No contexto atual, em que as questões relacionadas à inclusão social e à equidade se tornam cada vez mais urgentes, o Núcleo de Saúde Mental do CRP14/MS tem se destacado como um ponto estratégico de articulação para promover políticas públicas que assegurem o acesso universal à saúde mental, com especial atenção para as populações marginalizadas. As iniciativas do Núcleo, voltadas à promoção da equidade e à efetivação dos direitos, têm contribuído significativamente para o fortalecimento das políticas de saúde mental no estado de Mato Grosso do Sul, destacando-se pela integração das práticas psicológicas aos princípios dos direitos humanos.

Em 2024, o Núcleo se integrou a iniciativas realizadas em parceria com o Fórum Sul-Mato-Grossense da Luta Antimanicomial e outros núcleos da Comissão de Saúde, com o intuito de fortalecer as políticas públicas voltadas à inclusão. Dentre as ações promovidas, destaca-se a mesa-redonda “Avaliação, intervenção e direitos: uma visão integrada sobre neurodiversidade”, que se

configurou como um espaço crucial para a discussão da inclusão de pessoas neuroatípicas nas práticas de saúde mental. De acordo com Silva e Souza (2019), a neurodiversidade oferece uma abordagem alternativa ao modelo biomédico tradicional, ao reconhecer as diferenças cognitivas como variações naturais do comportamento humano, em vez de patologias. Essa discussão se alinhou a um movimento crescente na Psicologia de revisão dos modelos de intervenção, com ênfase em práticas que respeitam as particularidades de cada indivíduo e promovem uma inclusão efetiva. O evento gerou um debate profundo sobre as melhores práticas para o acolhimento de pessoas neuroatípicas, além de destacar a importância de políticas públicas que incentivem a participação ativa dessa população nos diferentes setores sociais, como a educação e o mercado de trabalho (França & Silva, 2017).

Outro evento de relevância foi a palestra “Tecnologia e Saúde Mental”, que abordou os impactos do uso crescente de tecnologias digitais na saúde mental, com especial foco na dependência tecnológica e seus efeitos no bem-estar psicológico. A imersão constante em dispositivos digitais, como redes sociais e aplicativos, tem sido associada ao aumento de transtornos, como ansiedade, depressão e problemas de autoestima, além de



prejuízos na qualidade do sono e na concentração (Sampaio et al., 2018; Oliveira & Rocha, 2020). Por outro lado, a palestra também destacou os benefícios do uso de tecnologias nas intervenções psicológicas, como a terapia on-line e o uso de aplicativos de saúde mental, que facilitam o acesso a cuidados, especialmente em regiões remotas ou para pessoas com limitações de mobilidade (Oliveira & Rocha, 2020). Contudo, foi enfatizada a necessidade de um uso ético e cuidadoso dessas ferramentas, para garantir que não se comprometa o vínculo terapêutico nem a personalização do tratamento, prevenindo a desumanização do cuidado psicológico (Silva, 2016). A reflexão proposta pela palestra reforçou a importância de uma abordagem crítica sobre os impactos das tecnologias na saúde mental, com foco na dependência digital e suas consequências.

Além dessas ações, a atuação do Núcleo também se estendeu à promoção da inclusão social de populações vulneráveis, com a participação ativa em ações que integram a saúde mental a outras áreas essenciais, como a educação e os direitos humanos. O Núcleo tem colaborado com entidades e comissões para fomentar o debate sobre políticas públicas de saúde mental mais inclusivas, reforçando a necessidade de uma atuação psicossocial que atenda às demandas das populações marginalizadas. Pinto e Almeida (2015) destacam que a interdisciplinaridade é uma estratégia fundamental para a eficácia das políticas públicas em saúde mental, permitindo a integração de diferentes áreas do conhecimento na construção de um modelo de cuidado mais holístico e eficiente.

Ao refletir sobre as ações realizadas, é possível perceber que o Núcleo de Saúde Mental tem desempenhado um papel estratégico na promoção da inclusão e na garantia dos direitos em saúde mental. As iniciativas desenvolvidas não apenas ampliam o acesso a cuidados, mas também contribuem para a conscientização sobre a importância de uma abordagem terapêutica que respeite as diversidades e promova a participação ativa dos pacientes em seu processo de cuidado. Nesse contexto, a Psicologia se afirma como uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, como ressaltado por Almeida e Costa (2019), ao integrar práticas terapêuticas com o contexto social e político em que os indivíduos estão inseridos.

Por fim, a atuação do Núcleo de Saúde Mental do CRP14/MS em 2024 reafirma seu compromisso com uma Psicologia socialmente engajada e com a transformação das práticas em saúde mental no Brasil. As atividades realizadas durante o ano, bem como os debates promovidos, são reflexos de um modelo de Psicologia que se preocupa com a inclusão, a equidade e a promoção dos direitos humanos. A continuidade dessas ações é essencial para fortalecer o papel da Psicologia na sociedade e garantir que todas as pessoas, independentemente de sua condição social ou cognitiva, tenham acesso a cuidados psicológicos adequados e humanizados.



#### Referências:

FRANÇA, R. A.; SILVA, M. L. A neurodiversidade como abordagem inclusiva: reflexões para a prática psicológica. *Psicologia e Sociedade*, v. 30, n. 4, p. 720-734, 2017.

OLIVEIRA, P. M.; ROCHA, L. C. A prática psicológica mediada por tecnologia: avanços e desafios no Brasil. *Revista Brasileira de Psicologia Digital*, v. 14, n. 1, p. 33-45, 2020.

SAMPAIO, M. T.; ALMEIDA, S. R.; SILVA, F. R. A utilização das tecnologias no atendimento psicológico: avanços e desafios. *Psicologia e Tecnologia*, v. 18, n. 1, p. 45-58, 2018.

SILVA, R. M. Neurodiversidade e saúde mental: novas perspectivas na prática psicológica. *Revista Brasileira de Psicologia e Saúde Mental*, v. 24, n. 2, p. 110-123, 2016.



# Jornadas de Psicologia Clínica fortalecem o diálogo e a qualificação da categoria em MS

Coordenação de Comunicação CRP14/MS



Promovidas pelo Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região (CRP14/MS), na Unigran Capital, as Jornadas de Psicologia Clínica vêm se consolidando como espaços de troca, aprendizado e valorização profissional em Mato Grosso do Sul. Em suas duas edições, realizadas em 2024 e 2025, o evento reafirmou o compromisso da autarquia em promover debates sobre ética, técnica e o papel social da Psicologia na contemporaneidade.

## I Jornada: integração e ética em foco

A primeira edição, realizada em outubro de 2024, na Unigran Capital, foi organizada pelo Núcleo de Psicologia Clínica e Saúde Suplementar, integrante da Comissão de Saúde do CRP14/MS. A manhã de atividades reuniu estudantes, profissionais e conselheiras/os em um ambiente acolhedor de partilha e reflexão sobre os desafios da prática clínica.

Com uma programação dinâmica, a jornada trouxe palestras que dialogaram com a realidade do consultório e com as responsabilidades éticas da categoria. A mesa “Estratégias terapêuticas” abriu o evento com as contribuições das/os psicólogas/os Ana Flávia Weiss (CRP14/030590), Débora Cestaro da Cunha (CRP14/08797-2), Eliezer Grillo Barbosa (CRP14/05939-8) e Wagner Dias Massaranduba (CRP14/03704-6), que compartilharam abordagens e experiências do cotidiano clínico.

Na sequência, a conselheira Jucimara Zacarias Martins (CRP14/04714-7) e o médico psiquiatra Leandro Soares Oliveira (CRM-MS 9691) discutiram o tema “Diagnóstico diferencial de Transtorno Afetivo

Bipolar e Transtorno de Personalidade Borderline”, destacando a importância de avaliações interdisciplinares.

Encerrando o encontro, Renan da Cunha Soares Junior (CRP14/02715-9) e Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho (CRP14/00222-4) conduziram a palestra “Ética e publicidade profissional”, abordando os limites éticos da divulgação de serviços psicológicos e a responsabilidade da categoria diante do público.

Mais do que um evento técnico, a I Jornada se consolidou como um convite à aproximação entre profissionais, estudantes e o Conselho — fortalecendo o vínculo entre quem faz a Psicologia acontecer no estado.





## II Jornada: desafios e possibilidades da prática clínica

Com o sucesso da primeira edição, o CRP14/MS promoveu, em junho de 2025, a II Jornada de Psicologia Clínica, novamente na Unigran Capital. O evento manteve o formato de integração entre teoria e prática, ampliando as discussões para incluir aspectos históricos, normativos e administrativos da clínica.



A abertura contou com a presença do então presidente do CRP14/MS, Renan da Cunha Soares Junior (CRP14/02715-9), que destacou a importância de espaços de formação continuada e reflexão coletiva.

A primeira mesa, “A regulamentação da psicoterapia: história, impasses e perspectivas”, reuniu os psicólogos Flávio Martins de Souza Mendes (CRP06/2623) e Walkes Jacques Vargas (CRP14/05574-6), com mediação de Juliana Nowak (CRP14/09059-0). O debate revisitou marcos da psicoterapia no Brasil e analisou os desafios para sua regulamentação no cenário atual.

No período da tarde, a mesa “Clínica: regulamentação, desafios e possibilidades” trouxe uma abordagem inovadora ao discutir a interface entre psicologia e contabilidade. O psicólogo Flávio Martins e o contador Lucas Antunes de Souza, mediados por Camila Areco (CRP14/08132-7), trataram de temas como formalização profissional e planejamento tributário — questões fundamentais para a sustentabilidade das práticas clínicas.

Com transmissão simultânea pelo YouTube do CRP14/MS, as duas edições da Jornada de Psicologia Clínica consolidaram um espaço de troca e atualização profissional no estado, promovendo debates sobre técnica, ética e interdisciplinaridade e fortalecendo a atuação responsável da categoria.





# I e II Fórum de Psicologia Hospitalar de Mato Grosso do Sul

Coordenação de Comunicação CRP14/MS



O Fórum de Psicologia Hospitalar de Mato Grosso do Sul, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região – MS (CRP14/MS), por meio do Núcleo de Psicologia Hospitalar (NUPH), vem se consolidando como um importante espaço de formação, troca de experiências e fortalecimento da atuação profissional no contexto hospitalar no estado. As duas edições realizadas, em 2024 e 2025, reafirmam o compromisso do Conselho com a valorização da Psicologia Hospitalar e a interiorização das ações.

A 1ª edição do Fórum aconteceu no dia 26 de outubro de 2024, no município de Dourados, e marcou um momento histórico para a categoria ao promover um evento pioneiro voltado à reflexão sobre os desafios e avanços da atuação psicológica nas instituições hospitalares. O encontro reuniu especialistas, profissionais, residentes e estudantes, em um espaço de diálogo sobre as práticas clínicas e éticas no cuidado em saúde.

A mesa de abertura contou com a participação de Sylvianara Aparecida da Costa Escobar (CRP14/05995-2), Bárbara Marques Rodrigues (CRP14/06285-4), Carlos Arturo (CRP14/05430-0) e Stefanny Aparecida Silva (CRP14/07447-2).

Em seguida, a mesa-redonda “O cenário da Psicologia Hospitalar” reuniu as/os convidadas/os Aline Specht da Silva (CRP14/06274-5), Bruna Paes de Barros (CRP14/04920-9), Fernando Augusto Gomes Sobreira (CRP14/06740-9) e Karine Valério Bernal, sob mediação de Sylvianara Escobar.

Encerrando a manhã, o fórum “Desafios e avanços da Psicologia Hospitalar no município de Dourados” foi conduzido por Sylvianara Escobar, Stefanny Silva e Aline Specht, ampliando o debate sobre as práticas locais e as demandas emergentes do campo.



Dando continuidade ao fortalecimento da área no estado, o CRP14/MS promoveu a 2ª edição do Fórum nos dias 28 e 29 de novembro de 2025, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande, em formato híbrido. A programação reuniu profissionais, estudantes de Psicologia e trabalhadoras/es da saúde.

A abertura oficial ocorreu na noite do dia 28 de novembro, no Anfiteatro Multiuso da UFMS, com apresentação artística do discente Davi Barbosa e composição da mesa de autoridades, formada pela presidenta do CRP14/MS, Camilla Fernandes Marques (CRP14/05662-7), Sylvianara Aparecida da Costa Escobar



(CRP14/05995-2) – coordenação do NUPH, Aline Henrique Reis (CRP14/06274-5) – coordenação do curso de Psicologia da UFMS, Thais Ferro Nogara de Toledo (CRP14/03789-0) – coordenação do Programa de Residência Uniprofissional de Psicologia Clínica da UFMS, Terezinha Alcântara Silva, representando o HUMAP-UFMS (CRP14/00367-4), e Cristiano Costa Argemon Vieira – representando a reitoria da UFMS. Na sequência, o público acompanhou a palestra de abertura “Entre a Verdade e o Cuidado: Ética na Comunicação de Notícias Difíceis em Cuidados Paliativos”, ministrada pela convidada nacional Daniela Aceti (CRP06/58330).

Ainda no primeiro dia, no período vespertino, foram realizados três minicursos simultâneos: “Intervenções Psicológicas em Casos de Perda Gestacional”, ministrado por Aline Specht da Silva (CRP14/06274-5); “Materiais Lúdicos na Abordagem Psicológica com Crianças”, com Cinthia Munhões Elias de Souza; “Desafios e Aprendizados na Escolha da Residência Multiprofissional”, ministrado por Jamile Sales Rocha (CRP14/1059-9) e “O papel do psicólogo no Ambulatório de transplante renal, com Fernanda Corrêa da Silva Cava (CRP14/02759-4).



No sábado (29), as atividades abriram com a mesa-redonda “Formação e inserção de psicólogos nos hospitais do Mato Grosso do Sul”, mediada por Aline Specht da Silva (CRP14/06274-5), com exposições de Débora Teixeira da Cruz, Tacinara Nogueira de Queiroz e Sylvianara Aparecida da Costa Escobar (CRP14/05995-2). Na sequência, a mesa “A especialização no contexto hospitalar: tendência ou realidade?” foi mediada por Débora Teixeira da Cruz, com participação de Gabriela Tadioto Benito, Selma Lúcia da Costa Xavier, Geovana Weis Stralioth e Stefanny Aparecida Silva (CRP14/07447-2).

Ambas edições foram transmitidas ao vivo pelo canal do CRP14/MS no YouTube, o que possibilitou a participação de profissionais de todo o estado oferecendo oportunidades de formação e atualização para profissionais em todas as regiões do estado, fortalecendo o desenvolvimento da categoria e contribuindo para a melhoria dos serviços oferecidos à sociedade.

No período da tarde, foi realizado o Fórum “Contribuições da Psicologia Hospitalar no MS”, mediado por Sylvianara Aparecida da Costa Escobar (CRP14/05995-2), Cinthia Munhões Elias de Souza, Débora Teixeira da Cruz e Gabriela Tadioto Benito, promovendo um espaço de diálogo sobre os desafios, avanços e perspectivas da atuação da Psicologia Hospitalar no estado.

Transmitidos ao vivo pelo canal do CRP14/MS no YouTube, ambos os eventos possibilitaram a participação de profissionais de todo o estado, reafirmando o compromisso do CRP14/MS com a formação continuada e a valorização da Psicologia Hospitalar em Mato Grosso do Sul.





# Luta antimanicomial em Mato Grosso do Sul: resistência, arte e mobilização pelo cuidado em liberdade

Coordenação de Comunicação CRP14/MS



A luta por uma sociedade sem manicômios tem se fortalecido em Mato Grosso do Sul. As edições de 2024 e 2025 da Semana da Luta Antimanicomial e do Encontro do Cerrado consolidaram o estado como um importante polo de mobilização política, cultural e social pela defesa do cuidado em liberdade e dos direitos humanos de pessoas em sofrimento psíquico.

## Expressão, memória e resistência

Em 2024, a II Semana da Luta Antimanicomial e o IV Encontro do Cerrado trouxeram o tema “A chaga que existe é o alento que me faz resistir demais”, inspirado em Dona Ivone Lara. A escolha guiou discussões sobre sofrimento, resistência e a importância da sensibilidade no cuidado em saúde mental.

Ao longo da semana, aconteceram diversas mesas-redondas, oficinas, apresentações artísticas e atividades formativas que destacaram a urgência de fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A tradicional II Caminhada Antimanicomial reuniu profissionais, estudantes, usuários e comunidade, levando às ruas pautas centrais como o acolhimento humanizado e a ampliação de serviços substitutivos aos manicômios.



## Bispo do Rosário: arte como liberdade



Em 2025, a III Semana e o V Encontro ampliaram o debate ao homenagear Arthur Bispo do Rosário, artista cuja obra se tornou símbolo de resistência dentro de instituições psiquiátricas. Inspirada em sua trajetória, a programação abordou as relações entre arte, loucura e cidadania, reforçando a potência da criação artística como instrumento de autonomia e expressão.

A semana contou com rodas de conversa, oficinas, vivências, exposições e apresentações culturais. A III Caminhada da Luta Antimanicomial, que percorreu o centro de Campo Grande e foi encerrada com sarau e feirinha da RAPS, reafirmou o papel do movimento como espaço de encontro e participação social. Como inovação, a edição incluiu a 1ª Corrida Antimanicomial, realizada em Corumbá, unindo esporte, território e inclusão.



## Mobilização em expansão

As duas edições expandiram suas ações para municípios como Dourados, Três Lagoas, Paranaíba e Corumbá, fortalecendo parcerias regionais e ampliando o diálogo com diferentes públicos. Em todas as atividades, a presença de usuáries e usuários da RAPS permaneceu em destaque — seja na produção artística, nas falas públicas ou na construção coletiva das ações, reafirmando o princípio: “Nada sobre nós sem nós”.

Uma novidade deste ano foi a “1ª Corrida da Luta Antimanicomial – Corrida de Participação”, que, inicialmente programada para 25 de maio, aconteceu em 1º de junho, em Corumbá. O evento esportivo contou com percursos de 3 e 5 quilômetros e reuniu dezenas de participantes.



## A luta continua

A Semana da Luta Antimanicomial, a Corrida Antimanicomial e o Encontro do Cerrado, realizados pelo CRP14/MS em parceria com diversas instituições e coletivos, reafirmam a importância de políticas públicas que promovam cuidado, dignidade e inclusão. Mais do que eventos, representam um movimento vivo, criativo e articulado, que resiste, denuncia e propõe caminhos para uma sociedade verdadeiramente antimanicomial. Em Mato Grosso do Sul, a luta segue firme — construída pela força da arte, pelo engajamento social e pelo compromisso com a liberdade.

O CRP14/MS agradece a todas e todos que participaram da III Semana da Luta Antimanicomial de MS e do V Encontro do Cerrado. Nosso reconhecimento se estende às instituições de ensino, às entidades parceiras, aos movimentos sociais e profissionais, aos estudantes e usuáries e usuários da saúde mental que, com compromisso e sensibilidade, construíram esse momento coletivo de escuta, reflexão e resistência.

Cada fala, oficina, apresentação e passo dado nas caminhadas reafirma que só é possível construir uma política pública de saúde mental com liberdade, cuidado e dignidade. Seguimos pela consolidação de uma rede de atenção psicossocial antimanicomial, fortalecendo, dia após dia, a luta por uma sociedade mais justa e livre de exclusões.



## É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte

Paulo César Rodrigues dos Reis Filho (CRP14/08194-5)  
Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho



O ano de 2025 é um ano emblemático em questões relacionadas ao campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) no Brasil, por conta da realização da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e da inclusão dos riscos psicossociais na Norma Regulamentadora (NR-1), promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A concretização desses marcos na área de Saúde Mental do Trabalhador e da Trabalhadora tiveram a fundamental contribuição e o empenho de profissionais e pesquisadoras da POT.

Porém, esses avanços surgem apenas como “pontas de esperança” em um contexto histórico brutalizado pelo avassalador sistema de reprodução capitalista, que, em sua lógica lucrativa e consumista, tem abalado o equilíbrio dos ecossistemas existentes no planeta Terra e imputado a classe que vive do trabalho, em meio ao adoecimento mental e a atos de violência, conforme apontam os dados do Ministério da Previdência Social em 2024, período em que foram registrados 472.328 afastamentos por saúde mental, um aumento de 116% em relação a 2014. Além disso, dados do Monitor de Trabalho Decente indicaram 8,6 mil novas ações na Justiça do Trabalho relativas a assédio sexual no trabalho em 2024, um aumento de 35% em relação ao ano de 2023.

Diante desse cenário, a Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho do CRP14/MS, em alinhamento com as propostas de gestão do X Plenário “Psicologia, Território e Identidades: diálogos

democráticos, garantias de direitos e equidade”, buscou cumprir o seu papel na luta pela garantia de direitos e equidade, promovendo espaços de discussões e realizando ações formativas para profissionais psicólogas/os, estudantes de Psicologia e demais pessoas interessadas na área.

A primeira dessas ações foi o seminário “Produtividade com saúde”, realizado em Campo Grande e ministrado pelo renomado professor Dr. José Carlos Zanelli, em que foram apresentados os eixos estruturantes para a construção de um programa de preparação para a aposentadoria, além de discutidas questões relativas à prevenção, promoção e proteção psicossocial no trabalho. Outra ação desta Comissão foi a mesa-redonda “Vulnerabilidades no mundo do trabalho: possibilidades práticas de atuação crítica da POT”, organizada no II Congresso Brasileiro de Trabalho, Subjetividade e Práticas Clínicas, que aconteceu em Corumbá e contou com a presença do professor Dr. José Roberto Heloani, uma das maiores referências da ciência brasileira no tema assédio moral e assédio sexual no trabalho.

Assim como cantou a saudosa Gal Costa, “...É preciso estar atento e forte. Não temos tempo de temer a morte”. Não nos atemos a ficar caladas diante dos desmandos e da necropolítica do capital. Com isso, tecemos o nosso fazer a partir do trabalho vivo, fazendo dos laços sociais construídos no trabalho o nosso modo de enfrentamento coletivo, pois acreditamos que, ante a sanha tirânica de alguns políticos e a ganância totalitária dos bilionários, prevalecerá a força do afeto humano.



#### **CANAIS INSTITUCIONAIS**

[www.crpms.org.br](http://www.crpms.org.br)  
Instagram: @crp14ms  
[www.facebook.com/crp14ms](https://www.facebook.com/crp14ms)  
[www.youtube.com/crp14ms](https://www.youtube.com/crp14ms)

#### **CONTATOS**

Telefone: (67) 3382-4801  
WhatsApp: (67) 99123-7759  
E-mail: [contato@crpms.org.br](mailto:contato@crpms.org.br)

#### **SETORES**

**SECRETARIA:**  
[secretaria@crpms.org.br](mailto:secretaria@crpms.org.br)

**COF:**  
[fiscal@crpms.org.br](mailto:fiscal@crpms.org.br)

**CREPOP:**  
(67) 99123-7762 • [crepop@crpms.org.br](mailto:crepop@crpms.org.br)

**COE:**  
(67) 99182-0104 - [coe@crpms.org.br](mailto:coe@crpms.org.br)

**COTEC:**  
(67) 99123-7758 - [cotec@crpms.org.br](mailto:cotec@crpms.org.br)

**COMUNICAÇÃO:**  
(67) 99123-7761 - [imprensa@crpms.org.br](mailto:imprensa@crpms.org.br)





Conselho  
Regional de  
Psicologia  
14ª região • MS

---

[www.crpms.org.br](http://www.crpms.org.br)

---



CRP14MS

---



Conselho  
Federal de  
Psicologia